



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Filipa dos Santos Ferreira

**BOAS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS
JOVENS APÓS SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e
Empreendedorismo, orientada pela Professora Doutora Clara Cruz
Santos e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da
Educação e Faculdade de Economia

Setembro de 2018



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Filipa dos Santos Ferreira

**Boas Práticas de Integração Social dos Jovens Após sua
Institucionalização**

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e
Empreendedorismo Social, apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências
da Educação e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob
orientação da Professora Doutora Clara Cruz Santos

Coimbra, Setembro 2018

Agradecimentos

Em primeiro lugar começo, por deixar um agradecimento e um profundo reconhecimento especial à orientadora da Dissertação, à Professora Doutora Clara Cruz Santos, pela paciência em ouvir as minhas dúvidas e incertezas, pela ajuda fundamental, pela motivação para continuar e por acreditar nas minhas capacidades, o meu sincero reconhecimento.

Agradeço também aos meus pais por me terem dado a oportunidade de estudar ao longo destes anos aquilo que eu sempre quis, embora me alertassem para as dificuldades, estiveram sempre presentes em todos os momentos.

Aos meus amigos que me acompanharam, sempre a ouvir as minhas dúvidas, os meus desabafos, as minhas incertezas. Obrigada por não me deixarem desistir, por estarem sempre lá quando precisava, por me darem pensamentos positivos mesmo quando tudo estava a correr mal. Alguns não estiveram presentes fisicamente mas em espírito, não vou nomear pois eles sabem quem são e o que significam para mim.

Aos meus colegas de mestrado por levarem com as minhas dúvidas e desabafos durante dois anos, admiro a vossa capacidade, a paciência comigo e obrigada pelo companheirismo e incentivo a continuar, aliás acho que foi recíproco.

Agradeço também às instituições que se encontram nesta dissertação por colaborarem e se mostrarem disponíveis para tudo. Sei que o vosso trabalho não é fácil mas por aquilo que vi e mostraram vocês são capazes de tudo e só têm de estar contentes com os resultados obtidos.

Por último às minhas colegas de trabalho e entidade patronal por me terem dado total disponibilidade para assistir às aulas e para desenvolver esta dissertação.

Resumo

Durante o acolhimento na instituição, as crianças e os jovens encontram-se num mundo estruturado onde contam com a ajuda de uma equipa técnica disponível para lhes amparar os golpes da vida. Quando os jovens atingem os vinte e um anos devem sair das instituições e integrar-se numa vida autónoma e emancipada.

O objetivo deste estudo passa por identificar boas práticas de integração social dos jovens após a institucionalização, abordando dois conceitos fundamentais nesta dissertação: o conceito de integração; e o conceito de autonomização. A presente dissertação teve como técnica a análise qualitativa, baseada nas entrevistas efetuadas à equipa técnica de duas instituições de zonas geográficas distintas, tendo um universo final de onze entrevistados, entre diretora técnica, assistentes sociais, educadores sociais e psicólogos.

Com a presente dissertação verificou-se que nas instituições em questão são usados Planos Socioeducativos Individuais, que visam a aquisição de competências sociais e pessoais que permitem a integração destes jovens na sociedade. Para além disso, as instituições em estudo incluem nos seus planos a prática de rotinas do dia-a-dia para que os jovens se tornem os mais autónomos possíveis. Tornou-se fulcral conhecer a opinião dos entrevistados no que concerne ao sucesso dos planos desenvolvidos, e conduziu-se que, por norma, se os planos são levados até ao final, os jovens tornam-se bem-sucedidos. Por outro lado, se o jovem optar por finalizar o plano antes do tempo, este pode passar por dificuldades na sua integração. Por fim, concluímos que a instituição e os laços de amizade desenvolvidos com a equipa técnica se mantêm por toda a vida fazendo com que os jovens no final recorram ao apoio da instituição informalmente.

Palavras- Chave: Integração, Autonomização, PSEI, Competências Sociais e Pessoais

Abstrat

During the institutional reception, children and young people find themselves in a structured world, where they have a technical team available to help them with the problems of life. When young people reach the age of twenty-one, they must leave the institutions and integrate into an autonomous and emancipated life.

The objective of this study is to identify good practices of social integration of young people after institutionalization, addressing two fundamental concepts: the concept of Integration and the concept of Automatization. We used in the present dissertation a qualitative analysis, based on the interviews made to the technical team of two institutions from different geographic areas with a final universe of eleven interviewees between technical director, social workers, social educators and psychologists.

With the present dissertation we verified that in the institutions in question are used Individual Socio-educational Plans that aim the acquisition of social and personal competences that allow the integration in society.

In addition, the institutions under study include in their plans the practice of day-to-day routines so that young people become as autonomous as possible. It became crucial to know the opinion of the interviewees regarding the successes of the plans developed, and it was concluded, usually, if the plans are taken to the end, the young people become successful. On the other hand, if the young person chooses to finalize the plan ahead of time, he may face difficulties in his integration. Finally, we found that the institution and the bonds of friendship developed with the technical team are maintained for the rest of the life, making the young people in the end seek support in the institution informally.

Key words: Integration, Automatization, PSEI, Social and Personal Competences

Lista de Siglas e Abreviaturas

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

DOM- Desafios, Oportunidades e Mudanças

ISS- Instituto de Segurança Social

LIJ- Lar de Infância e Juventude

PNAI- Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social

PSEI- Plano Socioeducativo Individual

Índice de Tabelas

Tabela nº1- Operacionalização do conceito de autonomização e integração

Tabela nº2- Caracterização da Amostra da Instituição A

Tabela nº3- Caracterização da Amostra da Instituição B

Índice

Introdução	2
Capítulo 1- Integração Social dos Jovens em situação de Acolhimento Institucional	4
1.1. <i>Das Instituições de Acolhimento</i>	7
1.2. <i>Instrumentos de Intervenção a nível institucional em Portugal</i>	10
1.3. <i>Integração Social durante o acolhimento</i>	12
1.4. <i>Socialização</i>	15
Capítulo 2- Boas Práticas e Modelos de Integração	17
2.1. <i>Funções e Orientações da Equipa Técnica</i>	21
2.2. <i>Modelos de Intervenção centrados no Plano de Intervenção Individual</i>	24
2.2.1- <i>(Re) Integração Familiar</i>	24
2.2.2- <i>Adoção</i>	25
2.2.3. <i>Autonomia de Vida</i>	27
Capítulo 3- Apresentação e Metodologia	37
3.1- <i>Definição do problema, do objeto e dos objetivos do estudo</i>	37
Capítulo 4- Métodos e Procedimentos de Investigação	40
4.1. <i>Instrumentos de Recolha de Dados</i>	40
4.2. <i>Constituição da Amostra</i>	41
Capítulo 5- Apresentação e análise de resultados	42
5.1. <i>Caracterização de amostra em estudo</i>	42
5.2. <i>Caracterização das Dimensões</i>	44
5.2.1- <i>Planos de Intervenção Individualizados</i>	44
5.2.2- <i>Elaboração dos Planos</i>	49
5.2.3- <i>Dimensões para uma transição de uma vida autónoma</i>	50
5.2.3.1- <i>Vida Social</i>	51
5.2.3.2- <i>Escola/Trabalho</i>	51
5.2.3.3- <i>Construção da Identidade</i>	52
5.2.3.4- <i>Integração no Mundo Laboral</i>	53
5.2.4- <i>Estratégias Usadas para a Integração Social</i>	53
5.2.5- <i>Ajuda e Apoio após a Institucionalização</i>	55

Capitulo 6- Discussão dos Resultados	57
Considerações Finais.....	63
Bibliografia.....	68
Anexos	73

Introdução

Na sociedade atual a maior parte das crianças vive protegida pelo seu contexto familiar, que proporciona-lhes a satisfação das suas necessidades físicas, emocionais, afetivas e cognitivas, dando-lhes a segurança, a confiança, e a proteção necessária a um desenvolvimento pleno. Contudo, nem todas as crianças vivenciam esta realidade. Segundo o relatório casa (2016) encontravam-se acolhidas 8.175 crianças e jovens.

Apesar de não ser a situação mais desejada, durante o acolhimento institucional os jovens são protegidos e são-lhes assegurados os bens necessários para um bom desenvolvimento, bem como um bom acompanhamento a nível de atividades, rotinas e apoio psicológico.

Durante o ano civil 2016, 2513 jovens cessaram o acolhimento institucional. O seu maior ou menor êxito de integração depende em larga medida dos processos que beneficiaram a promoção das suas competências.

Os conceitos norteadores desta dissertação são a integração e a autonomização, sendo que estes se encontram interligados. Para haver uma integração na sociedade, é essencial que o jovem seja o mais autónomo possível para que consiga recorrer aos diversos serviços de forma independente.

A dissertação estrutura-se em três partes. A primeira parte encontra-se dividida em dois capítulos: o primeiro sobre o conceito de integração social dos jovens em acolhimento, as instituições de acolhimento e suas funções, bem como os planos de intervenção usados; o segundo capítulo, focado nas boas práticas e modelos de intervenção, tornou-se fundamental identificar boas práticas que são usadas nos jovens durante e após o acolhimento, bem como na equipa técnica e nas suas funções. Neste capítulo identificaram-se ainda os planos usados a nível institucional: a (re)integração profissional, a adoção e a autonomia de vida.

A segunda parte centra-se no enquadramento empírico e metodológico, onde se encontra presente a questão fundamental desta dissertação, bem como o objetivo principal e os objetivos específicos. A questão pertinente para esta investigação é “Que boas práticas institucionais são realizadas no processo de integração social dos jovens, após a sua institucionalização?”. Deste modo, o universo da amostra é a equipa técnica de duas instituições e como técnica de análise qualitativa recorreu-se à entrevista.

Por fim, a terceira parte consiste na discussão de resultados, onde se encontram as conclusões tendo em conta os objetivos norteadores desta dissertação.

Capítulo 1- Integração Social dos Jovens em situação de Acolhimento Institucional

A definição de integração, segundo Giddens (2000), refere-se ao grau de interdependência, aos laços regularizados ou à reciprocidade das práticas entre os agentes em ação. Por sua vez, Pires (2012) considera a integração como o modo como os indivíduos autônomos são integrados num determinado espaço social comum através dos seus relacionamentos, ou seja, como são constituídos os laços e os símbolos de uma pertença. Por sua vez a integração leva a que os indivíduos se encontrem inseridos em sistemas sociais comunicativos, que comportam uma interação social no espaço e no tempo (Baltazar, 2005), e produzem informações, como por exemplo uma mensagem, um símbolo ou um código, que posteriormente se transformam por comunicação (Lockwood, 2004).

Luhmann cit in Baltazar (2005) indica que o elemento de reprodução no sistema social é o processo de comunicação, sendo que os sistemas sociais são entendidos como sistemas comunicativos e que a comunicação pode ser considerada como uma operação social porque prevê um envolvimento de vários sistemas, não podendo haver apenas comunicação individual.

Para Giddens (2000), os sistemas sociais encontram-se constituídos como práticas reguladas, ou seja os sistemas sociais encontram-se caracterizados implicando relações de autonomia e dependência através da interação social. Assim os sistemas sociais comportam um sistema de interação social que possuem estruturas, o que faz com que um sistema se reproduza.

Por sua vez, Giddens (2004) a definição de estrutura reporta a conjuntos organizados de normas e recursos, isto é são propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais semelhantes em diferentes períodos de tempo. Uma vez que as estruturas não subsistem isoladas no tempo e no espaço, elas manifestam-se dentro dos sistemas sociais sob a forma de práticas.

A estrutura define-se então como um conjunto de regras e recursos organizados como propriedades dos sistemas sociais (Rodrigues e Neves, 2012). Os sistemas são sistemas de interação social no espaço e no tempo que na sua continuidade originam instituições.

Surge, assim, um outro conceito fundamental, o conceito de instituição social que pode ser definido como “práticas rotinizadas levadas a cabo ou reconhecidas pela maioria dos membros de uma coletividade” (Cohen, 1989, p.39). As instituições são possíveis de serem observadas como práticas fortalecidas no tempo-espaço, ou seja, são duradouras e inclusivas, no sentido que se encontram defendidas entre os membros de uma comunidade ou sociedade (Giddens, 2000).

É neste seguimento de ideias que Durkheim cit in Giddens (2000) realça que as características do todo social se encontravam separadas das dos agentes individuais. Assim este autor defende a ideia que a “sociedade” é exterior aos seus membros individualmente, ou seja, toda a pessoa nasce numa determinada sociedade pré-construída e cada uma delas é apenas um indivíduo num sistema de relações que envolve muitos outros e que, conseqüentemente, que leva à desconstrução do conceito de integração, dividindo a integração em integração social e integração sistémica.

Deste modo a integração social concentra-se nas relações bem-sucedidas entre os autores (Lockwood, 2004), supondo uma interação face-a-face, que se traduz num significado especial uma vez que realça o significado do espaço e das relações sociais e requerendo uma consciência coletiva relativa às normas, valores e ideias partilhados entre todos (Pires, 1999). A integração social reporta para uma determinada ordem social, que se traduz na aceitação e interiorização dos padrões atuais de uma determinada sociedade, sejam eles regras, rotinas ou *status* (Ló, 2011).

Por sua vez, a integração sistémica refere-se à sistematicidade ao nível de relações entre sistemas e coletividades. Segundo Giddens (2000), torna-se difícil conceptualizar a integração sistémica através da integração social, sendo que o autor exemplifica essa dificuldade através de uma ação gramatical inglesa, no decorrer de uma conversa informal, está a contribuir para a reprodução da língua inglesa como um todo, e neste exemplo o processo de integração social e integração sistémica fazem parte de um mesmo processo, e se todos os processos de reprodução existissem não haveria necessidade de se distinguir entre estes dois tipos de integração (Giddens 2000).

Durkheim (2000) expõe também uma teoria que defende que a pertença a grupos pode ter efeitos desintegradores, ou seja, se a pertença for fraca pode levar a uma desintegração do enquadramento do indivíduo. Porém, se a pertença for intensa pode levar a um excesso de pressão coletiva sobre o indivíduo. Lockwood (1964) revela que uma sociedade pode ter um alto grau de integração social (por exemplo a ausência de conflito de classes) e no entanto possui um baixo grau de integração sistêmica.

Em suma podemos concluir que não há um consenso sobre a articulação do conceito de integração social com o conceito de integração sistêmica, uma vez que um pode influenciar o outro e quando unidos podem tornar uma sociedade mais coesa.

1.1. Das Instituições de Acolhimento

As crianças e os jovens desde cedo que se encontram-se integradas em diferentes sistemas, sejam eles no sistema de saúde, o sistema escolar, o sistema de proteção de menores, entre outros. Contudo por vezes, esses sistemas não funcionam de forma correta, o que leva a que seja preciso criar novas formas de integração. Nesta dissertação, falamos especificamente da rutura com o sistema familiar.

Segundo o artigo³, ponto 2 patente na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo:

“ Considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente se encontra numa das seguintes situações: a) Está abandonado ou vive entregue a si própria; b) sofre de maus tratos físicos, psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe cuidados (...); d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos em que nada são adequados à sua idade; f) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou o desenvolvimento se os pais (...)”

Assim ao reconhecer-se que a criança corre, efetivamente perigo, torna-se essencial intervir, para que esta situação seja resolvida, sem que as crianças e os jovens sofram com essa mesma intervenção. Para tal a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo implementou no seu art⁴, os princípios orientadores da intervenção, sendo que esta deve ser precoce, e mínima:

“ (...) Deve ser logo efetuada logo que a situação de perigo seja reconhecida e ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação (...) leve há promoção dos direitos e há proteção da criança e do jovem em perigo”.

Como foi possível perceber anteriormente, vários são os motivos que levam ao acolhimento institucional, no entanto vale a pena analisá-los segundo três áreas: a da educação, a área de saúde mental e a área social.

Na área da educação, muitas destas crianças e jovens tem alguma dificuldade na aprendizagem com taxas de insucesso escolar significativo, atingindo um baixo nível de escolarização.

Na visão de Strecht (1997), estas crianças e jovens podem desenvolver problemas psíquicos como atrasos na linguagem, por exemplo, não saberem o seu nome completo ou dos seus pais. A nível da área social carecem de uma escassez a nível de recursos económicos, a nível de afetos as relações entre as outras crianças e a família podem ser fracas e por vezes inexistentes.

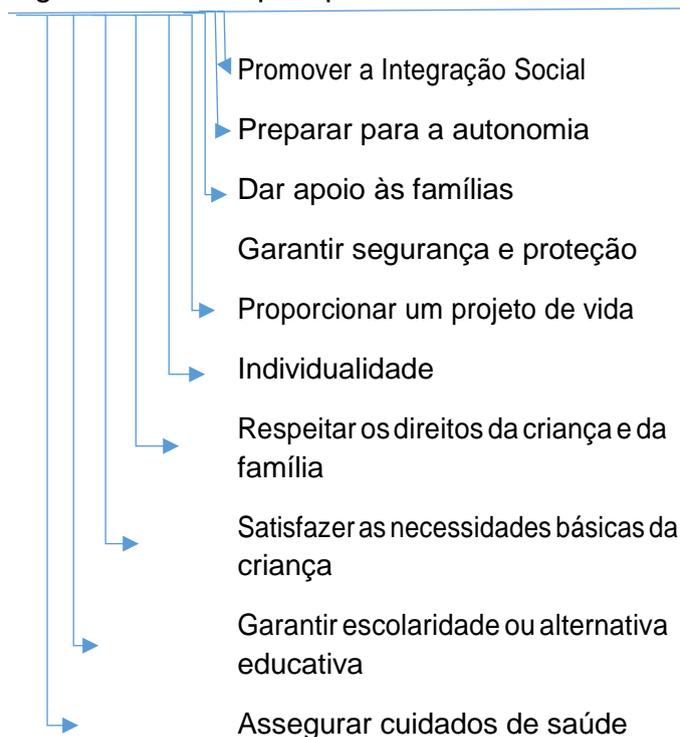
Segundo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000), o Sistema Nacional de Acolhimento em Portugal conta com uma organização estruturada em três níveis: o acolhimento de emergência; o acolhimento temporário que, engloba os (CAT) e o acolhimento familiar; e, por último, o acolhimento prolongado, de que são os LIJ.

No que diz respeito às instituições de acolhimento, estas podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou provadas, permitindo aos pais visitarem a criança, de acordo com horários e regras de funcionamento da instituição (regime aberto) (artº 53 da LPCJP). O acolhimento neste tipo de instituições segundo o artigo 50.º da LPCJP, pode ser de curta duração (tem lugar num CAT e apresenta uma duração não superior a seis meses), ou prolongado (é realizado num LIJ, quando as circunstâncias aconselhem um acolhimento superior a seis meses). Os LIJ segundo o Instituto de Segurança Social (2010) devem proporcionar, uma integração na sociedade através das mais diversas estruturas locais, permitindo a formação profissional, educação, saúde, tempos livres e desporto. Aqui os jovens podem permanecer até aos dezoito anos de idade podendo haver um prolongamento até aos vinte e um anos, se o jovem não se sentir preparado para abandonar a instituição.

Segundo o Department of Health (1998), a instituição é um lugar onde as crianças vivem e onde os adultos são contratados para cuidar das crianças. No entanto, com o chegar do final do dia e com o final do seu turno, estes vão para suas casas, o que leva a que as instituições sejam como casas cujo ambiente é familiar, mas na realidade são um simples espaço arquitetónico que se rege por normas e procedimentos, satisfaz as necessidades básicas, fornecem os cuidados essenciais tal como acontece no ambiente familiar, mas que dificilmente proporcionam o nível de relacionamento emocional e afetivo.

Deste modo, as instituições têm de criar e garantir mecanismos para que as crianças e os jovens se sintam integrados, quer na sociedade quer no acolhimento institucional. A figura apresentada de seguida traduz aquilo que uma instituição de acolhimento tem de fornecer às crianças e aos jovens.

Figura nº1- Princípios para um acolhimento de qualidade em instituição



Fonte: Adaptado pela autora de *Gomes, I (2010) Acreditar no Futuro, pág:113*

Neste sentido, Del Valle & Fuertes (2010) desenvolveram uma teoria que identifica alguns dos princípios fundamentais para promover um acolhimento de qualidade: a individualidade; a preparação para uma eventual saída com plena autonomia; o respeito pelos seus direitos criando uma relação de confiança e respeito; os cuidados de saúde; o apoio às famílias; a segurança e a proteção.

Em suma, a instituição tem como objetivo primordial formar o indivíduo. Porém, para que tal aconteça, esta deve ser capaz de fornecer instrumentos que permitam à criança ou jovem aprender as normas e valores da sociedade que o rodeia.

1.2. Instrumentos de Intervenção a nível institucional em Portugal

Em Portugal, os instrumentos de intervenção a nível institucional começaram pelo Processo Europeu de Inclusão Social, definido pelo Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social, (PNAI) que se tornou uma referência orientadora para a inclusão social, minimizando assim, as situações de exclusão social das crianças e dos jovens e tornando-se uma forma de proteção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens.

Em 2005, foi criado o *“Manual de Boas Práticas- Um guia para acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes profissionais, crianças e jovens”* (CID), que contém um guião de orientação e reflexão para os funcionários e responsáveis nas instituições de acolhimento de crianças e jovens. Este guião conta com várias temáticas, tais como a forma de organização das instituições; dos valores do cuidar no contexto institucional salvaguardando os direitos não só das crianças e dos jovens acolhidos, como também os direitos em relação às famílias, colaboradores, aos técnicos tendo como pilares a dignidade; o respeito; a autonomia; a individualidade; a privacidade e intimidade; igualdades e equidade (CID, 2005).

Dois anos depois, entrou em vigor o *Plano DOM- Desafios, Oportunidades e Mudanças* (2007), cujo objetivo principal é a implementação de medidas de qualificação em LIJ, impulsionadoras de uma mudança na forma como é feita a intervenção e a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos. Este promoveu a capacitação de equipas e de recursos para que houvesse uma evolução no sistema de proteção nacional, e ainda, condições para que se fizessem um diagnóstico real do que se passa na organização das instituições. Posteriormente a este plano, foram criadas duas medidas: a primeira foi o reforço das equipas técnicas das instituições para que estas estivessem adequadas ao número de crianças e jovens que acolhem; e a segunda visou a qualificação da intervenção através do investimento na formação das equipas técnicas, das direções, e na criação de apoio à intervenção de acolhimento que conduzisse a uma desinstitucionalização eficaz.

O Plano DOM foi extinto no ano de 2012, pelo Ministro da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social, Pedro Mota Soares, uma vez que o plano não surtiu o efeito desejado. Segundo os dados da Segurança Social, em 2011 o plano chegou apenas a 3500 crianças (num total de 5800), que se encontravam em Lares de Infância e Juventude, deixando sem apoio cerca de 2300 crianças. O abandono deste plano levou a que muitas casas de acolhimento perdessem apoios e conduzindo, conseqüentemente, à saída de muitos técnicos especializados, segundo Leote (2015) o estado devia de apostar na prevenção para evitar que as crianças sejam retiradas à família e na qualificação do sistema de acolhimento.

Por outro lado, Rui Godinho (2007) um dos coordenadores do Plano DOM, afirma que a culpa não foi do Estado, nem da falta de verbas, mas sim do conceito presente neste plano, as casas de acolhimento na altura do plano implementado não se encontravam preparadas, nem qualificadas para tal, não havia uma monitorização dos técnicos no sentido de estes aprenderem novas práticas para pôr em prática.

Com o fim do Plano DOM, foi criado em 2012 o Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) que tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede dos LIJ, impulsionando, assim, uma melhoria de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos.

1.3. Integração Social durante o acolhimento

As crianças e os jovens que “entram” no mundo institucional, devem levar uma vida similar a qualquer criança ou jovem que viva num ambiente familiar, devendo manter, o contacto com outras crianças, com a comunidade, participando em atividades de lazer, e extraescolares.

As crianças e os jovens, ao envolverem-se nas atividades da comunidade, vão ser capazes de estabelecer outras relações de amizade e vivenciar novas experiências, que podem influenciar o seu crescimento pessoal e aumentar o sentimento de integração e pertença. No processo de entrada na instituição, é fundamental que as crianças e os jovens estejam integrados num estabelecimento onde seja possível manter contatos com familiares e amigos. Essa proximidade permite um reforço dos laços afetivos e vinculativos e, conseqüentemente, uma possível reintegração familiar, o que pode levar a uma rápida reintegração. No entanto, por vezes, há situações em que não é aconselhável a crianças e jovens manterem contacto com a família e a sua comunidade, ou devido aos maus tratos familiares, ou aos abusos. Na escolha da instituição para a criança é necessário realizar uma análise cuidada da situação em questão, tendo sempre em conta a defesa dos interesses da criança e do jovem (Gomes, 2010).

Por sua vez, durante o acolhimento, cabe a cada instituição garantir os apoios necessários e adequados de modo a garantir que a “passagem” por este meio seja o mais rápido e menos doloroso psicologicamente possível. Durante o período de adaptação, é fundamental que a criança ou jovem seja observado a nível físico e psicológico. A nível físico devem ser despistadas doenças físicas que possam comprometer o seu nível de desenvolvimento e a nível psicológico é primordial a presença de um psicólogo de modo a prever as conseqüências que a criança ou o jovem possam vir a ter no seu desenvolvimento (Gomes, I. 2010).

Apesar da maioria dos apoios já ter sido mencionada anteriormente, vale a pena referir outros que, apesar de menos frequentes, são também, segundo Martins (2015), essenciais para a que a saída da instituição seja

bem-sucedida. São eles: a criação de projetos de vida, a integração na sociedade, a normalização e a inclusão social.

Na perspectiva de Mersky e Janczewski (2013), o acolhimento institucional deve proteger a criança/jovem do perigo que possa ocorrer, deve promover o seu desenvolvimento, e deve promover programas que possam ajudar os jovens a nível psicológico e emocional. Deste modo, quando se perspectiva a institucionalização para as crianças e jovens, esta tem de ser orientada para a (re) construção de dois espaços: o exterior (é essencial haver uma existência de um espaço próprio que possa permitir o reconhecimento da sua identidade e a consciencialização da existência de normas e regras) e interior (a instituição tem de fornecer às crianças e jovens meios que lhes permitam ganhar confiança consigo próprios, e nas relações com os outros) (Strecht, 2000).

Assim, torna-se fundamental que os LIJ tenham um ambiente saudável e promovam o bem-estar e confiança das crianças e dos jovens.

Com a entrada na instituição, torna-se essencial planear a intervenção a ser realizada. Para tal, a instituição deve ter em conta alguns fatores, como o nível de vinculação da criança à sua família, a capacidade da família proteger a criança, o ambiente onde a criança cresceu, os seus bens culturais e a relação com os irmãos, de forma a evitar a separação (Gomes, 2010). Com a integração no meio institucional pretende-se, então, garantir uma recuperação física e psicológica das crianças e dos jovens. Por sua vez, é preciso que exista um reforço de competências no que toca à equipa técnica, uma qualificação das respostas sociais e um investimento adequado, para que as práticas e os modelos implementados futuramente se tornem eficazes (Martinez et al. 2005).

A intervenção, segundo Leote (2013), tem como princípio que o acolhimento institucional seja o menos curto possível, de forma a centrar-se na ideia de um futuro da criança ou do jovem tendo em vista a sua (re)integração social e/ou familiar. Deste modo é crucial que as instituições substituam a longo prazo a família de origem assumindo um significado de família junto das crianças e dos jovens acolhidos e fornecendo os meios adequados de suporte ao seu desenvolvimento emocional, psicológico e social, colmatando assim as

suas necessidades.

Segundo Gomes (2010), é essencial que as crianças e jovens que se encontram acolhidos estejam integrados nas estruturas da comunidade, como por exemplo nas escolas, nos mais diversos serviços de saúde, bem como em atividades extracurriculares. As metodologias e os modelos de intervenção devem apontar para o favorecimento da integração na vida e na comunidade, representando as normas da vida social no seu meio envolvente. Vários estudos realizados a nível nacional e internacional revelam que as crianças e os jovens que se encontram institucionalizados apresentam, múltiplas e complexas necessidades específicas além das comuns ao período de desenvolvimento em que se encontram, acrescem outras necessidades consequentes das experiências que os levaram ao acolhimento (Horrocks & Karban, 1999).

Quando a criança ou o jovem chega à instituição, transporta um conjunto de sentimentos dolorosos, como o medo do desconhecido, o sentimento de culpa devido aos maus-tratos que sofreu, o que leva a uma perda de identidade e a criação de um sentimento de incerteza em relação ao seu futuro. Desta forma, é relevante que a organização institucional crie uma linha de orientação que dê prioridade a uma (re)construção dos afetos e das emoções das crianças e dos jovens numa perspetiva que articule com outras componentes como a justiça, saúde, educação, cultura, emprego, lazer, entre outras (Schofield et al., 2000 cit in Delgado, 2011). As instituições de acolhimento devem ser organizadas em unidades, que podem ser de pequenas dimensões, funcionando num regime aberto em que exista uma “livre” entrada e saída das crianças e dos jovens mediante as regras e normas de funcionamento.

1.4.Socialização

A socialização ocorre desde o primeiro dia do nascimento e é um processo através do qual o ser humano aprende o modo de vida de uma sociedade, adquire a sua personalidade e a forma como age na mesma. A escola, a família, o grupo de amigos e os meios de comunicação contribuem para que haja uma socialização, o que leva a que seja possível dividir este conceito em dois tipos: a formal e a informal. A socialização formal ocorre nas escolas, nos hospitais, nos serviços públicos, enquanto a informal ocorre no dia-a-dia através da interação com os amigos, da pertença a grupos e em todas as ações quotidianas.

Segundo Leote de Carvalho e Cruz (2015), a socialização é um processo contínuo que é suportado pela pertença de cada indivíduo a cada grupo social, o que leva a que os indivíduos e os grupos se ajustem às mudanças sociais decorrentes do dia-a-dia. As crianças e os jovens socializam em contextos sociais numerosos e são capazes de interiorizar tipos de conhecimento, ações e competências (Almeida, 2009). Assim, este processo deve ser compreendido como uma experiência que é integradora e que leva a uma reconstrução permanentemente de experiências sociais (Leote de Carvalho & Cruz, 2015).

No que toca à socialização das crianças e jovens institucionalizados a autonomia, o sentimento de responsabilidade e a representação de si mesmo surgem como processos. Tap (1991) cit in ISS (2005) sugere o agrupamento dos processos de socialização em duas categorias: a integração psíquica; e a integração social. A integração psíquica consiste numa interiorização de características sociais e culturais sendo fundamentais três processos: a identificação, ou seja, a capacidade de identificar os atores sociais e de se identificar com eles; a interiorização, que compreende a capacidade de haver uma interiorização das características dos atores sociais; e, por último, o processo de apropriação que refere a capacidade de apropriar as características dos atores sociais. Por sua vez, a integração social, já supracitada, abrange, também, três processos nos quais o sujeito entra nas redes sociais e nas relações: a iniciação, que se encontra ligado às aprendizagens para entrar no sistema; a inserção no sistema; e, por último, a integração, que consiste na articulação com outros membros do sistema.

As redes de suporte social são importantes no que toca à socialização de crianças e jovens sendo que se torna fundamental definir este conceito. Segundo Santos (2014), as redes sociais pessoais são constituídas por indivíduos com quem o sujeito interage e que, por serem relações criadas diariamente, permitem um suporte ao indivíduo que, por vezes, pode ser “ativado” em situações de urgência.

A rede social vai se alterando à medida que ocorrem mudanças a nível familiar, económico e social, sendo possível que a rede social existente durante a infância não seja a mesma da fase da adolescência e a mesma do final da vida. A infância e a juventude são etapas que fazem parte de experiências sociais que por norma ficam marcadas por regras e rotinas. A capacidade para conhecer, criar relações e laços, bem como a partilha de experiências, permite a construção de uma estrutura afetivo-emocional que pode ser fundamental para o bom relacionamento interpessoal (Delgado, 2006).

O processo de socialização é fundamental para o bom desenvolvimento do indivíduo, sendo que são vários os fatores externos que podem influenciar esse desenvolvimento. É durante a fase da construção da identidade e da socialização que a criança ou o jovem interiorizam elementos socioculturais, normas e regras da sociedade em que vivem, passando a adaptar-se ao funcionamento da mesma (Alves, 2007; Delgado, 2006).

No seguimento do processo de socialização e da construção de identidade, a família torna-se fundamental, pois é através dela que a criança aprende as normas e os valores sociais e culturais. A família é a base principal do processo de socialização e quando a família não fornece condições necessárias ao crescimento de uma criança, e esta é retirada e inserida no contexto institucional, torna-se fundamental que a instituição seja o agente socializador, nomeadamente, na transmissão de valores, normas, regras e competências.

Capítulo 2- Boas Práticas e Modelos de Integração

A definição de boas práticas, segundo o Glossário Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas, consiste na aplicação de uma solução inovadora para um determinado tipo de problema e de consequência passíveis de serem aplicadas em outros contextos.

Na perspectiva de Coelho e Neto (2007), uma boa prática começa antes da retirada da criança da família, sendo que inicialmente é essencial avaliar todas as alternativas possíveis para só depois proceder à retirada. Segundo estes autores é importante haver uma análise prévia realizada por técnicos com uma preparação nesta área, de forma a identificar os riscos possíveis face a uma retirada da família de forma a evitar ou amenizar as consequências da mesma: “ (...) seria desejável promover alternativas à retirada que não só trariam menos custos económicos e sociais como principalmente trariam menos custos emocionais para as crianças” (Coelho & Neto, 2007, p.5).

Coelho e Neto (2007) propõem então que a criança, em vez de ser institucionalizada, seja integrada na família alargada ao mesmo tempo que se tentam encontrar soluções, apoios, avaliar os pais para conhecer efetivamente o problema em questão, levando, assim, a que a criança seja reintegrada da melhor forma possível.

Quando há uma retirada de uma criança ou jovem à sua família, há uma rutura dos laços emocionais e psicológicos que podem originar um risco traumático. Deste modo e na perspectiva de Coelho e Neto (2007), as crianças entre os seis meses e os três anos são as mais suscetíveis a traumas que podem demorar uma vida inteira até desaparecerem. Para que haja uma diminuição deste risco, deveria promover-se uma explicação à criança que ao ser institucionalizada os laços familiares vão sempre prevalecer e que na instituição se vai sentir protegida e vai ter acesso à educação e ao apoio necessário para que assim que seja possível seja reintegrada na sua família.

O apoio fornecido a estas crianças e jovens poderia passar também pelo contacto com as suas famílias (nos casos viáveis), através de uma mediação com a família realizada por um Assistente Social ou Educador Social, que já tenham estabelecido relações de confiança e proteção com o menor.

As transições efetuadas de um ambiente familiar para um ambiente institucional produzem uma boa adaptação se o novo ambiente, no qual as crianças e os jovens vão permanecer, assegurar uma satisfação das suas necessidades e do seu bem-estar do indivíduo. Nesse sentido Miller (1994) aponta três subsistemas que devem constar em todas as instituições, um que dê solução às necessidades físicas, como a alimentação, a higiene e cuidados de saúde, outro subsistema que dê respostas à autonomia e à independência dos utentes e o último que seja responsável por fornecer apoio psicológico.

As organizações de acolhimento, segundo a ótica de Menzies (1995), têm como principal tarefa criar vinculações seguras. Bowlby (1988) assume que uma vinculação começa desde logo no nascimento. O bebé quando nasce cria logo um vínculo com a progenitora ou com o progenitor, e desde o nascimento, passando pela infância, adolescência e até à idade adulta, as crianças sentem-se seguras, protegidas até ao momento em que são separadas das famílias, cujo vínculo era de um carácter seguro, esse vínculo é perdido: "... quando a vinculação aos pais é destruída (...) as conquistas das crianças que foram adquirindo ao longo da sua vida são destruídas levando a uma perda do "seu" valor" (Freud 1973, p. 201)

Logo, cabe às organizações de acolhimento desempenharem um papel terapêutico criando vínculos seguros, de modo a que as crianças e os jovens se sintam seguros, confiantes e protegidos.

O acolhimento institucional, se por um lado, tem um papel fundamental na vida das crianças e jovens, por outro lado, apresenta lacunas no desenvolvimento deste mesmo papel. Na perspetiva de Delgado (2011), vários estudos, que ao longo dos anos foram realizados, demonstram que por vezes há deficiências estruturais ao nível do funcionamento. Por vezes, as instituições não são capazes de criar vínculos a nível emocional, vínculo esse que é necessário ao desenvolvimento afetivo das crianças.

Sem a sua presença, por vezes, as crianças ficam mais vulneráveis a vários tipos de situações como o *bullying*, problemas emocionais, entre outros. Alberto (2002) enumera algumas implicações negativas relativamente à institucionalização. Segundo a autora, a institucionalização leva a que as crianças e os jovens sofram sentimentos contraditórios, como por exemplo o sentimento de punição em que as crianças e os jovens se sentem culpados por estarem institucionalizados. Para além disto, a discriminação social e as desigualdades sociais podem ser fatores negativos desenvolvidos durante a institucionalização. Ruter (1981) adverte ainda que o prolongamento da estadia nas instituições leva a problemas como a integração social e o desempenho futuro nas funções parentais. Menzies (1995) defende que as organizações ao criarem vínculos seguros estão ao mesmo tempo a desempenhar um papel terapêutico na medida em que estão a decompor e a reparar modelos patológicos. Desde o nascimento, passando pela infância e adolescência as crianças e os jovens vão criando a sua identidade, através do contacto com a família, com a sua história de vida pessoal.

As crianças que crescem em sistemas de acolhimentos podem ter dificuldades em construir a sua identidade (Triseiliotis & Russell 1984). Essas dificuldades podem ser resultado de uma ausência com os seus prestadores, a falta de informação sobre a sua história de vida e, por último, a presença de um estigma social que as façam sentir sem valor e sem confiança.

As instituições devem fornecer substitutos adequados, estáveis e com características parentais para que no fim as crianças e os jovens possam construir uma identidade, uma história e um futuro. Porém os adultos que desempenhem funções parentais, apenas o exercem durante o acolhimento, sendo que essas funções não têm o mesmo significado de ter um pai ou uma mãe, uma vez que o vínculo com os pais dura para a vida toda, enquanto dentro da instituição o vínculo é apenas temporário.

Os adultos que exercem funções numa dada instituição são por vezes decisivos e responsáveis pela construção do mundo de cada jovem e, como refere Hawkins- Rodgers (2007), é essencial haver um adulto de referência para que a criança e jovem tenha uma relação ao longo do processo. Para haver uma promoção de confiança é fundamental que a equipa técnica

proporcione à criança ou jovem um nível de disponibilidade igual à que lhes seria proporcionado, se este tivesse em contexto familiar (Sandomingo, 1998).

2.1. Funções e Orientações da Equipe Técnica

Todas as instituições de acolhimento devem conter uma equipa técnica que desenvolva funções de acompanhamento das crianças e dos jovens. O trabalho de equipa multidisciplinar deve ter como suporte a partilha de saberes como conteúdos técnicos, informações, responsabilidades, gerando, conseqüentemente, a coesão da equipa (Gomes I. 2010).

Torna-se importante que as instituições de acolhimento tenham uma rede de suporte apoiada por técnicos especializados que possam garantir um bom funcionamento, e um bom acompanhamento em todos os processos de transição das crianças e dos jovens. Torna-se essencial que haja uma equipa multidisciplinar integrando assim as valências de Psicologia, Serviço social e Educação (nº2, artº54.LPCIP) e, para tal, é fundamental que exista um investimento na equipa de intervenção para que esta esteja presente desde a fase do acolhimento da criança até à transição para a vida adulta.

Para exercer a função de técnico nas instituições de acolhimento é essencial que estes possuam uma formação na área das Ciências Sociais e humanas, complementada com uma formação específica para que seja capaz de apoiar devidamente as crianças e jovens com quem irá (Gomes I. 2010).

É essencial, também, garantir boas condições de trabalho como uma boa remuneração, de forma a fortalecer a confiança e a satisfação no trabalho.

Por sua vez para haver boas condições também deveria existir uma supervisão do trabalho dos técnicos e uma oferta de apoio psicológico e emocional (Manual de Processos-Chave LIJ), formações constantes para garantir a qualidade do trabalho e das intervenções (Collie, 2003). Se as instituições não fornecerem os apoios necessários aos técnicos, estes acabam por abandonar o seu posto de trabalho e dificulta, conseqüentemente, a criação e a manutenção de laços e de relações entre as crianças e os jovens com outros adultos cuidadores.

Quando chegam às instituições, as crianças e os jovens desenvolvem muitas vezes quadros de depressão. Para minimizar esta realidade, é essencial haver um adulto que tenha a capacidade de ouvir e que esteja disponível para estabelecer uma partilha desse sofrimento. Assim, essa criança ou o jovem irá

conseguir identificar o seu lado mais saudável dado que alguém, neste caso, o adulto, acreditou nela e a ouviu (Strecht, 1997). Esta capacidade de ouvir, compreender as crianças e os jovens denomina-se de *rêverie*, conceito criado por Bion em que é pedido aos prestadores de cuidados presentes nas instituições que trabalhem conteúdos trazidos pelas crianças para que tragam significado para elas (Menzies Lyth, 1958).

Uma boa prática a nível do funcionamento de uma instituição será conseguida através de um desempenho de funções educativas, com ajuda de uma equipa de profissionais, funções essas que passam pela capacidade de amar, a contenção do sofrimento, ter esperança no futuro entre outras (Meltzer & Harris, 1976).

A capacidade de amar, segundo estes autores, é a função provavelmente mais difícil a ser desempenhada pelos profissionais dado que o acolhimento pode ser temporário, não havendo possibilidade de criar uma ligação entre as crianças ou jovens e os prestadores de cuidados. Contrariamente, se houver uma possibilidade aos profissionais de se manterem estáveis na sua função, isso irá permitir que as crianças se envolvam e criem condições para que se possam estabelecer vínculos seguros. As instituições devem ser capazes de minimizar o sofrimento das crianças e jovens e para isso é fundamental que a equipa técnica trabalhe partilhando toda a informação que se encontra disponibilizada entre si e que estabeleça estratégias de intervenção que possam reduzir a dor e o sofrimento que as crianças e os jovens trazem na sua “bagagem”. É essencial que nenhum técnico fique sozinho na orientação dos casos para isso deve contar com a equipa pluridisciplinar como já foi referido anteriormente (Strecht, 1997).

Por último, as instituições devem fomentar uma esperança no futuro das crianças, criando um projeto de vida após a sua saída da instituição, projeto esse que consiste num planeamento futuro destas crianças e jovens para que estas possam integrar na sociedade. Torna-se fundamental também a existência de um acompanhamento após a saída da situação de acolhimento. Gomes (2010) defende que a criança desde pequena deve ter a possibilidade de acompanhar os elementos da equipa, quando estes se deslocam para fazer compras para que possa aprender a lidar com o dinheiro, e saber o que é importante ou não

comprar para uma determinada situação.

Em suma, para um bom acolhimento e integração na sociedade é primordial haver uma equipa multidisciplinar capaz de criar uma relação com a criança e o jovem, mantendo, assim, um sentimento de confiança, de apoio e de esperança no futuro. A criação de uma nova relação deve ter como base a abertura e a honestidade, sendo que os profissionais não devem contestar os ideais das crianças e jovens, mas sim respeitar, ter mente aberta e ter uma capacidade psicológica e emocional para arcar com as histórias destas crianças e jovens, alimentado, assim, uma relação de confiança e honestidade ao longo do acolhimento.

Cada criança e jovem acolhido deve ter um Plano Socioeducativo Individual. Os PSEI são elaborados pela equipa técnica, com a supervisão de um psicólogo, e são levados à aprovação da direção do lar. Segundo Martins (2015), o PSEI é construído através de dois tipos de intervenção: externa; e interna. A intervenção interna é a própria elaboração do plano, de a forma assegurar a sua viabilidade de acordo com as necessidades identificadas em cada criança/jovem. Em suma, a intervenção interna fundamenta-se nos objetivos reconhecidos para cada criança e jovem, de acordo com as suas necessidades.

Já a intervenção externa faz a ligação entre o lar e as outras entidades da comunidade, no qual será desenvolvido outro Plano, o PCI (Plano Cooperado de Intervenção) em conformidade entre o lar e a comunidade de forma a potenciar meios sociais, culturais e educativos que ofereçam uma educação inclusiva e integrativa às crianças e jovens.

2.2. Modelos de Intervenção centrados no Plano de Intervenção Individual

Quando há uma eventual saída institucional, torna-se fundamental consultar o PSEI, dado que uma das componentes deste plano é a preparação para a saída da instituição, este pode levar à (re) integração familiar, à adoção ou à vida autónoma.

2.2.1- (Re) Integração Familiar

Quando se coloca a hipótese de uma criança regressar ao seu meio familiar, é necessário acreditar na possibilidade da família biológica ter como desejo uma mudança no que toca às responsabilidades e as condições básicas que uma família deve ter. Para que possam educar o seu filho, mostrar-lhe respeito, dar proteção e afeto que todas as crianças e jovens necessitam para se desenvolverem de uma forma regular.

Para haver a possibilidade de uma reintegração familiar é fundamental traçar o plano de intervenção individual com as famílias, as crianças e os técnicos de forma a criar objetivos para atingirem os resultados desejados. Nesse plano cada um dos intervenientes tem a sua responsabilidade para atingir os objetivos propostos, sendo que durante o plano tem de existir um cronograma, ou seja é necessário estipular previamente a duração do plano de reintegração. De salientar que esse cronograma pode ser alvo de várias mudanças, pois é fundamental que este seja monitorizado e avaliado para que sejam identificados os ajustes necessários.

“ Quando se trabalha a reintegração familiar é fundamental conhecer a história da família, bem como a rede social (...) assim como as razões que levaram a criança ou o jovem ao acolhimento. É essencial estar aberto e compreender o tipo de organização e dinâmicas familiares” (Gomes I. 2010, p. 184)

Considera-se essencial que, nesta intervenção, as equipas dos CAT e dos LIJ trabalhem com as crianças e famílias no sentido de as ajudarem a realizar as mudanças necessárias para que estas possam voltar ao seu meio familiar. Estas equipas devem trabalhar em conjunto em todas as etapas, uma vez que este processo envolve uma recuperação da família, da dignidade, da autoestima e dos valores. É fundamental que antes das famílias e das crianças acreditarem numa reintegração, a equipa seja a primeira acreditar nesse êxito (Gomes I. 2010).

Durante a implementação do plano, torna-se importante que a criança e o jovem possam passar mais tempo com os pais, como uma tarde, um fim-de-semana. Porém, no início é crucial que haja um acompanhamento nas visitas por um técnico, passando gradualmente as visitas a não terem acompanhamento. Estas visitas são fundamentais para perceber se a família tem condições e está preparada para acolher estas crianças e jovens. Neste plano é indispensável a realização de um acordo estabelecido entre a família da criança ou do jovem e a equipa técnica em que ambas as partes se comprometam a cumprir os seus deveres. Para que o acordo vá adiante é essencial que este fique registrado num documento escrito onde estejam os objetivos, as estratégias, as responsabilidades de cada parte e o tempo estimado (Gomes I.2010).

2.2.2- Adoção

Desde que uma criança nasce, ela precisa de viver num ambiente protetor em que lhe seja garantida a satisfação das suas necessidades e onde possa começar uma vinculação segura com os seus pais.

As crianças e os jovens são acolhidos nas instituições porque algo correu mal, ou porque os pais não assumem a sua responsabilidade, e não têm capacidade de tomar conta deles ou não existem familiares próximos capazes de assumir a responsabilidade ou outra situação que coloque em causa o bem-estar da criança, e, nesse caso, cabe às instituições assumir a adoção como um caminho viável.

Gomes (2010) identifica duas formas de entrada das crianças e jovens nos processos adotivos:

- I. Os pais demonstram claro desejo em entregar a criança para adoção devido a vários fatores, como a inexistência de condições dignas para o crescimento saudável da criança ou porque a criança não faz parte do projeto de vida dos pais. Nesta situação torna-se fundamental ajudar os pais a aprovarem o seu consentimento prévio para que a criança seja adotada;
- II. Os pais consideram que não precisam de ajuda nem de mudar os seus comportamentos, não existindo uma vontade de criar condições mínimas que lhes permitam voltar a ter o seu filho de volta, e aí há uma intervenção junto do tribunal para que a criança possa vir ser considerada em situação de perigo e a partir daí ter a possibilidade de ser adotada tendo o seu direito de viver e crescer num ambiente familiar pleno.

Antes de haver uma integração numa família adotiva, é essencial haver uma preparação prévia entre a equipa e a criança. A equipa tem de ajudar a criança a fazer o luto da família biológica para que a família adotiva possa integrar a sua vida da melhor forma possível. Deste modo, é fundamental que o adulto que acompanha desde o início a criança lhe explique a importância de ter uma família. Posteriormente, quando a equipa já conhecer a futura família adotiva, é essencial que se explique à criança as características da sua futura família, o local onde vai morar, mostrar um álbum com fotografias da família para que a criança vá interiorizando e aderindo a estas novas mudanças (Gomes I.2010).

No processo de adoção e no momento em que a criança conhece a família e vice-versa é necessário que os técnicos que acompanham o caso estejam atentos aos sinais, quer por parte da criança quer por parte da família. É de extrema importância que a criança saiba que a família conhece o seu percurso e que a aceita tal como ela é.

2.2.3. Autonomia de Vida

Segundo a Lei nº 174/99 de 1 de Setembro, o apoio para a autonomia de vida consiste em:

« (...) proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida».

Segundo Fleming (1993), podemos entender a autonomia como uma tarefa que é desenvolvida desde a infância, o que traz longos períodos de crescimento. Um período importante no crescimento do Homem é a adolescência, uma vez que esta etapa é considerada como a etapa das descobertas, das partilhas e da descoberta da vida, o que implica algumas mudanças e traz alguma autonomia.

São vários os autores que se debruçam sobre o verdadeiro conceito de autonomia, segundo Doron e Parot (2001), no processo de autonomia, o jovem captura regras e valores, e a forma como deve agir. Segundo Noom, Dekovic e Meeus (1999) cit in Reichert e Wagner (2007) existe três tipos de autonomia o jovem pode adquirir uma autonomia cognitiva, uma autonomia em que há uma definição dos objetivos a traçar, bem como os concretizar; uma autonomia funcional ou seja um tipo de autonomia em que o jovem está dependente dos progenitores e tem a capacidade de tratar de assuntos sem ajuda de ninguém; por último, uma autonomia emocional resultante da autonomia cognitiva e funcional, na medida em que a realização das duas fornece ao jovem uma atitude de confiança, no sentido em que o jovem se sente preparado e confiante para levar a cabo os diferentes tipos de autonomia.

Conseguimos definir a autonomia como a capacidade para assumir uma responsabilidade individual pelos assuntos e opções próprias, que carece de vários níveis, nomeadamente, o nível económico e físico e, ainda, de capacidade para assumir valores, juízos e decisões próprias (Gomes I. 2010).

Segundo Galland 1991 cit in Gaspar, Santos, e Alcoforado (2015), existe o modelo tradicional de transição, que é composto por três fases: o trajeto escolar; a entrada no mercado de trabalho; e o casamento e a saída de casa dos pais. Estas fases podem ser essenciais para a maioria dos jovens adultos no geral, no entanto estas fases são cada vez mais adiadas devido a vários fatores presentes na sociedade de hoje em dia, como por exemplo emprego precário, a instabilidade financeira, e o fato de cada vez mais tarde os jovens saírem de casa dos pais.

Se existe um modelo de transição nos jovens adultos no geral também o há para os adultos e jovens ex-institucionalizados. Estes autonomizam-se no Lar onde foram acolhidos, porém, muitos deles colocam de parte o facto de regressarem a casa dos pais, criando, assim, novos modelos de transição que podem também levar a situações imprevisíveis, novas experiências e também retrocessos (Pais, 2001; Brannen & Nilsen, 2002).

A autonomia presente no contexto institucional leva a um treino de aptidões da criança e do jovem que lhe possam permitir atingir a autonomia plena. Num processo de autonomia de vida há sempre noções que estão presentes como o saber fazer, saber decidir, assumir responsabilidades de realizar algo, saber aceitar os outros, aceitar insucessos, saber lidar com tristezas e alegrias, entre outras. (Gomes I. 2010). Quando se apoia uma criança no desenvolvimento do seu processo de autonomia, essa intervenção deve ser centrada no *empowerment*, ou seja, na capacitação da criança e do jovem para que estas desenvolvam a sensação de controlo sobre as circunstâncias da sua vida (Gomes I. 2010).

Para garantir uma autonomia aos jovens e de forma a assegurar que estes conseguem viver sozinhos e arcar com a responsabilidade do dia-a-dia, algumas instituições fornecem apartamentos de autonomização de forma a tornar mais autónomos estes jovens.

Segundo o Instituto de Segurança Social (2014) os apartamentos de autonomização são destinados a jovens com mais de quinze anos na transição para a vida adulta e cuja medida de proteção assim o determine. Estes contam com os mais variados objetivos que, segundo o ISS 2014, passam por: acompanhar o jovem enquanto este se torna mais autónomo, minimizando o risco de exclusão social; dar apoio psicológico, social, na entrada no mercado de trabalho; e ajudar os jovens a desenvolver as suas competências pessoais, sociais, escolares e profissionais através de programas de formação específicos.

No que toca à autonomia dos jovens a nível institucional, vários estudos realizados em Portugal nos últimos anos indicam que os jovens acolhidos revelam maiores necessidades em comparação com os jovens não acolhidos, particularmente no espaço das atividades da vida diária, a nível de recursos a serviços gerais ao serviço da população (Veloso, 2014).

Muitos jovens que se encontram institucionalizados confrontam-se com o momento em que vão ter de viver de forma autónoma, por vezes mais precocemente do que a maioria dos outros jovens da sua idade. Os jovens que se encontram institucionalizados não tiveram a oportunidade de adquirir maturidade suficiente, nem as competências necessárias para o fazer (Daining & DePanfilis, 2007). Broad (1999) assume, assim, que a transição para a autonomia é um desafio complexo que leva a que seja imposto um apoio financeiro, um lugar para habitar e, principalmente uma rede familiar, de amigos e de técnicos que possam apoiar os jovens nesta fase. Ao existir uma rede de apoio, baseado em relações amigáveis, da esfera social, de trabalho e até de ajuda profissional, estes jovens encontram-se mais capazes emocionalmente e psicologicamente para “enfrentarem” esta nova fase da sua vida.

A transição efetuada para a sociedade dos jovens após o acolhimento, na perspetiva de Courtney et al. (2001), é considerada como um momento difícil para os jovens que abandonam este sistema, uma vez que deles se sentem negligenciados, inseguros e despreparados para a vida fora do acolhimento, dado que são estimulados a moverem-se em direção a uma meta de autossuficiência (Proop et al., 2003).

Os jovens institucionalizados por vezes trazem vivências e histórias traumatizantes, logo faz com que desenvolvam sentimentos de insegurança interna que vão influenciar o processo de autonomia, uma vez que a maior parte destas crianças e jovens apresentam baixas competências socio afetivas.

Existem estratégias que promovem a autonomia, Gomes (2010) enumera algumas delas:

- a. Desenvolvimento de um sentido de pertença e de identidade;
- b. Elaboração de planos de intervenção estruturados e individualizados que promovam as competências pessoais e sociais;
- c. Apoio na integração no mundo laboral de forma ajudar a encontrar novas formas de apoio;
- d. Promover novas redes sociais para que haja uma integração na sociedade;
- e. Apoiar na integração laboral e ajudar a encontrar novas formas de apoio.

Outra estratégia desenvolvida e de grande importância é o programa *Umbrella*, desenvolvido por Eeva Timonen-Kallio. Este é um instrumento relevante para trabalhar a autonomia e que tem como objetivo primordial promover nos jovens o desenvolvimento de capacidades para enfrentar a vida diária, apoiar os jovens na formação profissional, numa vida independente e aumentar a confiança e a satisfação das necessidades (Gomes I. 2010, p. 202). Deste programa retiram-se algumas dimensões importantes e relacionadas com a autonomia dos jovens, nomeadamente: o conhecimento que têm de si próprio; a gestão doméstica e financeira; a escola/formação e emprego e a rede social.

Relativamente ao conhecimento de si próprio nas instituições é transmitido ao jovem para cuidar da aparência e da sua higiene pessoal, conhecer as suas necessidades e dificuldades, ter cuidado com a sua saúde e levar uma vida saudável. Segundo o Manual de Processos Chave dos LIJ (2011), a criança/jovem deve ter uma noção de que os seus comportamentos têm impacto na sua saúde e, como tal, é importante ainda durante a

institucionalização, oferecer discussões em torno das questões como o tabagismo, o alcoolismo, o consumo de drogas, entre outras, para que no futuro, após a institucionalização, não ganhem maus hábitos.

A nível da gestão doméstica e financeira, é fundamental que desde criança, esta se habitue a ter hábitos como organizar os espaços que a rodeiam, lavar e passar a roupa a ferro, cozinhar, entre outros. Seria importante a existência de sessões ou *workshops* de como mobiliar uma casa, como obter seguros, quanto custam os eletrodomésticos, entre outras atividades fundamentais à sua plena autonomização. Segundo o Manual de Processos Chave dos LIJ (2011), a mesada permite realizar uma aprendizagem de forma progressiva, capacitando a criança e o jovem a gerir as suas economias de forma autónoma e responsável. A quantidade e a frequência que deve ser administrada a mesada depende da idade, maturidade e personalidade, na sua maioria, é aos dez anos de idade que as crianças começam a receber a sua mesada.

A escola bem como a formação profissional para Alvarez, Carvalho e Batista (2014), o percurso realizado pelos jovens após a institucionalização está muitas vezes dependente do seu nível de escolaridade, uma vez que as suas habilitações académicas regulam as hipóteses no mercado de emprego, bem como permitem o acesso a oportunidades de aquisição de conhecimentos e aperfeiçoamento ao nível pessoal, social e cultural (Daniel, Wassell, & Gilligan, 1999).

A escola deve ser também uma das áreas onde deve ser feito um investimento de forma a criar, por exemplo, experiências alternativas de aprendizagem, nomeadamente os currículos alternativos e a formação profissional (Mendes & Santos, 2014). Kackson e Cameron (2012) indicam que a educação é a melhor garantia de uma futura inclusão social, segundo estes autores a educação é usada como um indicador de bem-estar, embora não haja a disponibilização de dados referentes às trajetórias dos jovens em situação de acolhimento institucional, os dados que existem permitem afirmar que estes partilham um elevado risco de exclusão.

Courtney, Dworsky, Lee & Raap, 2010; Jackson, Ajayi & Quigley, 2005 afirmam que os jovens que terminam o regime institucional têm qualificações

escolares mais baixas do que os jovens da mesma idade, sendo que muitos deles acabam por optar pela vertente de cursos técnico-profissionais, cursos esses que permitem um maior contacto com o mercado de trabalho. Muito do insucesso escolar deve-se sobretudo a mudanças de instituições, mudanças escolares e falta de apoio à aprendizagem, sendo que neste sentido Vinnerljung e Hjem (2011) concluem que é preferível haver uma melhoria nos apoios prestados às crianças e jovens em acolhimento de forma a facilitar o regresso ao sistema educativo.

No que concerne às questões de integração profissional dos jovens que vivem acolhidos em Lares de Infância e Juventude, Martins (2015) assume que compete à sociedade civil mostrar uma abertura e uma disponibilidade que resulta das proximidades locais para o acolhimento e empregabilidade dos mesmos. Na ótica desta autora cabe aos LIJ serem responsáveis pelo desenvolvimentos e pela integração social destes jovens através de articulações entre os Centros de Emprego e Formação Profissional, com o objetivo de acompanhar as suas trajetórias, as suas escolhas individuais tendo sempre em vista uma integração profissional que permita a subsistência financeira, a integração e a promoção social.

A nível de rede social de apoio é essencial haver uma promoção de valores sociais nas crianças e nos jovens, despertar relações de amizade positivas e o respeito pelas diferenças e pelo outro, conhecer e promover os valores sociais, saber onde pode recorrer e que recursos pode usufruir na comunidade.

Na adolescência, torna-se fundamental os jovens adquirirem competências necessárias à vida no geral, como por exemplo saber procurar informações, recursos, procura de emprego, gestão económica, aquisição de compra de roupa, bens alimentares, entre outros uma vez que é através destas pequenas ações que os jovens vão ganhando uma independência que no futuro pode vir a ser fundamental para uma vida autónoma fora do contexto institucional.

Collins (2004) refere que os jovens que saem das unidades de acolhimento são caracterizados como uma população vulnerável, mas aqueles

que receberam um treino de competências a nível de gestão, dinheiro, educação e emprego apresentam melhores resultados na vida independente do que aqueles que não receberam apoio nessas mesmas áreas.

Do ponto de vista de Freundlich e Avery (2006), é fundamental avaliar a qualidade dos serviços prestados aos jovens, quando estes transitam para uma vida independente, quando estes têm pouca escolaridade ou competências profissionais, habitação insegura, poucos cuidados de saúde.

Quando há uma saída do LIJ é crucial que o jovem participe num compromisso: durante o período de autonomização tem de ser acompanhado por um técnico, cuja intervenção passa por um apoio psicossocial para que os jovens evitem os recursos económicos. O projeto de autonomização tem como objetivo possibilitar a chegada dos jovens à vida adulta com a capacidade de tomar decisões, de pensarem por si próprios e saberem agir em situações urgentes.

Ter um emprego não significa que o jovem é autónomo, ou mais responsável pela sua própria vida. Ter melhores condições materiais é diferente de ser capaz de orientar a sua vida, para desenvolver uma autonomia responsável é necessário que este tenha experimentado relações sociais e pessoais positivas (Raymond, 1999). A autonomia não pode ser um processo igual para todos, dado que cada pessoa tem a sua bagagem e as suas próprias dificuldades, logo o processo de autonomia deve também ter em vista os processos pessoais de cada jovem, sendo que este também se tem de mostrar disponível e estar flexível para uma eventual mudança.

A saída institucional é semelhante ao processo de entrada nas instituições, se na entrada as crianças e os jovens sentem medo, desconfiança, revolta e tristeza, o processo de desinstitucionalização pode ser considerado como um momento negativo, expressando os mesmos sentimentos.

Na perspetiva de Alvarez, Carvalho e Batista (2014), os jovens que saem do acolhimento por autonomização ou pela reintegração familiar, necessitam de ter um acompanhamento, tanto para evitar o retorno à instituição como para ajudar a família a identificar a mudança no jovem após a sua institucionalização. Para esse efeito a instituição deve definir o tempo de

acompanhamento e, por fim, a sua avaliação.

Segundo Gaspar, Santos e Alcoforado, (2015), alguns dos jovens institucionalizados evitam pensar no momento da saída da instituição, adiando decisões e passos nesse sentido. Segundo estes autores estes jovens esperam “ (...) um sebastianismo salvador que possa inverter as coisas ou resolvê-las por si mesmo”, esta metáfora ao sebastianismo revela que alguns jovens institucionalizados esperam que haja uma salvação, que o problema deles seja resolvido, tal como o mito sebastianista, um mito que se funda na esperança da vinda de um Salvador, que virá libertar o povo e restaurar a glória e o prestígio nacional do povo português.

Gaspar, Santos e Alcoforado (2015), realizaram uma investigação com o intuito de identificar como os jovens após a sua institucionalização se encontram. Foram entrevistados vinte e quatro adultos que viveram em Lares de Infância e Juventude, numa parte do estudo quando confrontados com o momento da saída da instituição e a preparação feita para se adaptarem, a maior parte dos jovens revelou que quando saíram não receberam apoio, revelando um deles que sair do lar sem qualquer apoio financeiro é um “suicídio”.

Neste seguimento de ideias, é possível perceber que a transição progressiva do jovem para o exterior tem que ser trabalhada de dentro para fora da instituição, a sua qualidade depende da importância que se dá ao trabalho diário, às atividades, às regras e aos programas que são fornecidos nas instituições. (Leote de Carvalho & Cruz, 2015). Assim, os jovens que saem do acolhimento, quer por autonomização quer por reintegração familiar, necessitam de um tempo para que se possa fazer um trabalho de suporte de forma que a saída seja irreversível, mas que também possa ajudar a família a reconhecer as mudanças que foram acontecendo aos jovens durante a institucionalização, para tal pode ser definido um período de acompanhamento mínimo realizado pelas instituições após os jovens deixarem de viver lá (Mendes & Santos, 2014, p. 59).

Estudos recentes sobre o sistema nacional revelam que as entradas e saídas das instituições, o abandono familiar e as amizades feitas com os técnicos da instituição são os momentos mais marcantes na vida dos jovens acolhidos (Gomes, 2005).

O governo do Reino Unido em Julho de 2016 publicou um relatório¹ baseado nos cuidados e formas que têm de existir, para que os jovens transitem para a sociedade da melhor forma possível. Primeiramente o relatório elaborou vários pontos relacionados com a saída da instituição e como os jovens se sentem nessa situação. A maioria dos jovens não se encontram devidamente preparados, para viver de forma independente, não têm estabilidade, nem segurança, têm dificuldades para acederem a unidades de saúde e manter um estilo de vida saudável, bem como dificuldades ao nível da manutenção da capacidade emocional, para arcar com a vida na sociedade.

Durante a realização desse relatório, houve necessidade de abordar os jovens que já tinham deixado as instituições com o intuito de saber o que esperavam ter como apoio, tanto por parte das instituições, como por parte do governo. São várias as conclusões retiradas, como por exemplo, a manutenção de laços familiares com a equipa técnica ou com o membro que o(a) acompanhou no processo de autonomização, ou seja, no momento em que os jovens sabem que têm de deixar o acolhimento. Muitos destes jovens assumem que esse processo foi muito repentino, que não deu tempo suficiente para os preparem para uma eventual saída, e que, por vezes, não tiveram acesso a uma rede de segurança, uma rede familiar de apoio a quem eles pudessem recorrer.

Depois deste processo foram implementadas algumas medidas: o apoio a relações contínuas com ex-cuidadores e profissionais; a oferta de um mentor, ou seja, alguém que já tenha passado pelo processo de autonomização e que se encontre integrado na sociedade, que possa ajudar outros jovens, dando conselhos e apoios; e, ainda, a criação de coordenadores de área local, isto é pessoas que se predispõe a mostrar os recursos que a comunidade tem e de que forma os jovens podem ter acesso a eles.

¹ HM Government- Keep On Caring, Supporting Young People from Care to Independence (Julho 2016)

No pós-acolhimento, ou seja, após o cessar do acolhimento, deve ser possível, com o apoio adaptado, ter a oportunidade de ter alguém a quem se possa pedir ajuda, conversar, obter conselhos, saber como ter e gerir o dinheiro para futuras rendas, compras ou outras necessidades e ser convidado para jantar ou festejar uma data importante como acontece a qualquer outro jovem. Um investimento no acompanhamento pós-institucional deve ser uma medida preventiva com retorno assegurado por resultados a nível individual e a nível social.

Capítulo 3- Apresentação e Metodologia

3.1- Definição do problema, do objeto e dos objetivos do estudo

Esta investigação aborda o paradigma interpretativo, onde é valorizado o papel do investigador como o construtor do conhecimento, e tem como ideia a compreensão, a ação e o significado.

O trabalho de investigação desenvolvido integrou como procedimento a entrevista de carácter qualitativa. Na perspetiva qualitativa, o objeto de estudo não são os comportamentos, mas sim as intenções, ou seja, trata-se de investigar ideias e descobrir significados nas ações individuais e sociais (Coutinho, 2015).

Como objeto de investigação queremos conhecer os indicadores de boas práticas nos processos de acolhimento e nos processos de integração e autonomização dos jovens, presentes nas práticas profissionais desenvolvidas pelos técnicos das instituições.

A questão orientadora da presente investigação é “Que boas práticas institucionais são realizadas no processo de integração social dos jovens após a sua institucionalização?”. Assim, os objetivos do estudo são identificar boas práticas que são realizadas durante o acolhimento da criança/jovem e de que forma essas práticas se tornam importantes para uma futura integração na sociedade.

Como objetivos específicos pretendemos:

- I. Compreender como, quando e quais as práticas desenvolvidas pelos técnicos de forma a auxiliar a integração dos jovens;
- II. Analisar de acordo com a perceção dos técnicos o grau de sucesso que as práticas e métodos usados ajudam na integração social dos jovens;

Após a definição dos objetivos, foi essencial elaborar um modelo de análise. Segundo Quivy e Campenhoudt (2005) cit in Coutinho (2013), o modelo de análise encontra-se estruturado a nível de conceitos que por sua vez estabelece as dimensões e indicadores. As dimensões são as faces em que um

conceito se pode estender sendo que os indicadores são elementos que são objetivos e observáveis e que permitem medir as dimensões dos conceitos.

Tabela nº 1- Operacionalização conceptual de autonomização e integração

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Autonomização	A- Planos de Intervenção Individualizados	1. Promoção de Competências Sociais e Pessoais; 2. Existência de Planos de Intervenção; 3. Elaboração dos Planos
	B- Dimensões de Transição para uma Vida Autónoma	1- Vida Social; 2- Escola/Trabalho; 3- Construção de Identidade; 4- Integração no Mundo Laboral
Integração	C- Estratégias Usadas para a Transição	1- Efeitos Positivos e Negativos; 2- Resultados
	D- Ajuda e Apoio após a Institucionalização	1- Ajuda após a Institucionalização; 2- Apoio Fornecido; 3- Ajuda dos técnicos.

Fonte: Sistematização da autora

A operacionalização dos conceitos visíveis no quadro anterior apresentado pretendem objetivar, através das suas dimensões, conceitos tão amplos e objetivos como são os conceitos de autonomização e integração. Esta subjetividade é visível não só na revisão da literatura, como também na multidimensionalidade que cada um dos conceitos apresenta. Neste sentido pretendemos medir no processo de autonomização as duas dimensões: os planos de intervenção individualizados e as dimensões de transição para uma vida autónoma que nos parecem fundamentais para o processo de autonomia da criança/jovem. Com a elaboração dos planos pretendemos saber se eles existem, bem como são elaborados e se estes promovem as competências sociais e pessoais. No que concerne às dimensões que elegemos fundamentais para a autonomização da criança/jovem consideramos a vida social, escola/trabalho a construção de identidade e a integração no mundo laboral.

A integração foi um conceito fundamental para esta investigação, a existência de dinâmicas desenvolvidas pelos técnicos da instituição podem mostrar se o impacto da integração teve efeitos positivos ou negativos. O *follow up* dos jovens após a saída institucional é da maior importância. Neste sentido procurámos averiguar se os jovens recorrem depois à equipa técnica que os acompanhou durante o processo, e se estes o ajudam e que tipo de apoio fornecem.

Capítulo 4- Métodos e Procedimentos de Investigação

4.1. Instrumentos de Recolha de Dados

O instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista de carácter semiestruturada, direcionada às equipas técnicas que exerciam funções nos Lares de Infância e Juventude escolhidos para a presente amostra. Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), as entrevistas revestem-se de um carácter de contacto direto entre o investigador e o interlocutor e são ricas no sentido em que permitem retirar informações e elementos de reflexão para a conclusão do tema em questão. As entrevistas são consideradas poderosas, no sentido em que supõe uma interação entre o entrevistado e o investigador, é uma forma de avaliar atitudes e permite que o investigador ajuste as questões durante o processo (Coutinho, 2015).

A entrevista foi aplicada recorrendo a um guião com as perguntas relevantes a abordar, com o objetivo de alcançar a perspetiva dos técnicos sobre o desenvolvimento do processo de autonomização e de acordo com os indicadores presentes no modelo de análise. Para a realização das entrevistas, foi entregue aos técnicos um consentimento informado presente no Anexo A.

As entrevistas foram efetuadas entre Fevereiro e Abril de 2018 e foram gravadas, sendo a duração média de 20 a 30 minutos. Após a transcrição, os dados obtidos foram inseridos numa grelha de análise de conteúdo, que tem como objetivo “conseguir produzir inferências válidas e reproduzíveis através dos eixos analisados” (Gauthier et al., 2003, p.351). A grelha de análise de conteúdo (Anexo C) é composta por: conceitos; as suas dimensões; os indicadores pertinentes para o estudo; a unidade de contexto; e, por fim, as unidades de registo. Depois da realização das entrevistas e da sua transcrição, estas foram automaticamente eliminadas, de forma a salvaguardar a ética e a confidencialidade da informação recolhida, sendo que o nome dos Lares de Infância e Juventude selecionados para a amostra foram, também, ocultados, mantendo o compromisso de sigilo e a ética na investigação.

4.2. Constituição da Amostra

Procedemos à amostragem não probabilística por conveniência. Segundo Coutinho (2013), este tipo de amostragem reporta a grupos intactos constituídos e pode apresentar efeitos negativos, dado que os resultados obtidos dificilmente podem ser generalizados.

As instituições escolhidas para a presente investigação, numa primeira fase, encontravam-se na zona de residência da investigadora, a zona Centro, mais concretamente no Pinhal Litoral. Neste local apenas existiam dois Lares de Infância e Juventude, um que acolhia jovens do sexo feminino e outro que acolhia jovens do sexo masculino. O primeiro contacto foi realizado por correio eletrónico para as instituições, explicitando o tema em estudo, os objetivos, a amostra pretendida, bem como os procedimentos de recolha de dados. Não obtendo resposta aos *e-mails* houve, então, um contacto telefónico, mas sem sucesso.

Numa segunda fase, deslocamo-nos às instituições, tendo como resposta positiva o Lar que acolhia raparigas. Já no Lar que acolhia rapazes a resposta foi negativa. Face às adversidades sentimos necessidade de deslocar a investigação para a zona do Baixo-Mondego. De cinco instituições contactadas apenas uma respondeu de forma positiva, não obtendo qualquer resposta das outras instituições. Deste modo e face à natureza de investigação e ao tempo decorrido, optámos por nos centrar em duas instituições que perfizeram um total de onze entrevistados.

Capítulo 5- Apresentação e análise de resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados consequentes da metodologia e respetiva análise.

5.1.Caracterização de amostra em estudo

A amostra presente neste estudo, como já foi referido anteriormente, centrou-se em duas instituições. Ao todo a amostra conta com onze profissionais, cinco da Instituição A e seis da Instituição B. A sua caracterização encontra-se descrita na tabela nº2

Tabela nº 2- Caracterização da Amostra da Instituição A

Designação	Sexo	Função	Duração de Funções na Instituição
E.1	Feminino	Diretora Técnica	10 Anos
E.2	Feminino	Psicóloga	2 Anos
E.3	Feminino	Assistente Social	10 Anos
E.4	Feminino	Educadora Social	10 Anos
E.5	Feminino	Educadora Social	10 Anos

Fonte: Dados obtidos pela entrevista aos profissionais

Como se pode observar na tabela nº2, nesta instituição encontram-se cinco técnicos, do sexo feminino, sendo duas educadoras sociais, uma diretora técnica, uma psicóloga e uma assistente social, ambos os técnicos desempenham funções já algum tempo, sendo que a Psicóloga encontra-se a substituir uma técnica. A instituição tem capacidade para quarenta raparigas, funcionando em regime aberto, e conta também com diversos voluntários, sejam eles professores, educadores, entre outros, devido ao número elevado de utentes e de modo a conseguirem promover um acompanhamento mais individualizado.

Tabela nº 3- Caracterização da Amostra da Instituição B

Designação	Sexo	Função	Duração de Funções na Instituição
E.6	Feminino	Psicóloga	15 Anos
E.7	Feminino	Educadora Social	10 Anos
E.8	Feminino	Educadora Social	6 Anos
E.9	Feminino	Educadora Social	10 Anos
E.10	Feminino	Educadora Social	2 Anos
E.11	Feminino	Assistente Social	11 anos

Fonte: Dados obtidos pela entrevista aos profissionais

No que diz respeito à amostra relativa à Instituição B esta era constituída por seis entrevistados. Dado o curto tempo e a incompatibilidade de horários entre a instituição e a investigadora, não foi possível entrevistar a Diretora Técnica. Porém, esta mostrou-se disponível para facilitar as entrevistas com os técnicos. Nesta amostra verificámos, também, que o corpo técnico é constituído por um universo do sexo feminino, observa-se que a maior parte desta equipa exerce funções já há algum tempo.

Esta instituição funciona também em regime aberto e tem capacidade para trinta meninas, sendo que no momento das entrevistas se encontravam apenas vinte e uma, opera tendo como base as unidades familiares, isto é, cada piso da instituição encontra-se dividido por unidades familiares, sendo que essas se encontram divididas em função da idade das meninas e, como tal, um piso pertence às meninas mais pequenas, outro que vai dos dez aos quinze anos e por fim um piso que pertence a meninas dos quinze anos até à idade de saírem. Cada unidade, à entrada da porta, tem uma campainha, e sempre que alguém tenciona entrar naquela unidade tem que tocar como se fosse uma casa. Cada unidade possui duas casas de banho, quartos, uma sala de estar, uma cozinha e uma sala do jantar. É atribuído a cada unidade uma educadora de referência que fica encarregue daquelas jovens, baseando-se no lema que a instituição deve ser o mais parecido a uma casa.

5.2. Caracterização das Dimensões

Observando a informação recolhida nas entrevistas, a análise foi estruturada tendo como orientação os conceitos-chave de autonomização e de integração, bem como as suas dimensões e indicadores.

5.2.1- Planos de Intervenção Individualizados

Tendo como dimensão os planos de intervenção individualizados, houve necessidade de saber se ambas as instituições contam com planos que promovam as competências sociais e pessoais. Ambas as instituições afirmam que contam com planos de intervenção, *“Existem planos... E são feitos semestralmente, os chamados os PSEIS, que é o Plano Socio Educativo Social (...) dependendo do projeto de vida de cada uma delas, (...) está definido por cada uma delas assim são as ações que são centrais nesse plano” (E1)*. Por sua vez, a E6 assume que desde a entrada da jovem é definido o projeto de vida, projeto esse que é definido individualmente e que pode passar por reintegração familiar ou autonomização. Quando a criança chega à instituição é avaliada no sentido de se conhecer as suas capacidades e competências e o que pode vir a desenvolver *“ (...) pode ser um objetivo trabalhar competência de aprender a cozinhar, pode ser aprender a fazer a cama, estes objetivos que são trabalhados no dia-a-dia no quotidiano (...)”*.

Algumas das entrevistadas revelam que os planos são obrigatoriamente individualizados, porém a E1 revela que a quantidade de jovens que acolhem não permite que haja um acompanhamento individualizado, pois cada jovem tem as suas limitações e cada uma delas tem determinadas competências sociais a desenvolver:

“ (...) elaborar por exemplo um plano socioeducativo para uma menina de 12, 13 anos é diferente, tem características e objetivos diferentes dum jovem que tem 17 anos por exemplo e está a meses de se autonomizar, portanto são projetos completamente diferentes, ao elaborá-los temos sempre em conta as características de cada jovem claro isso é óbvio (...) há o projeto onde promovemos a autonomia da jovem, há um

projeto em que trabalhamos a situação escolar da jovem, há outro projeto em que trabalhamos com a família e há outro projeto que incide só sobre as competências delas, há outro projeto que avalia e vai trabalhando o acompanhamento psicológico que é feito esse ano, o acompanhamento médico que é feito à jovem durante esse ano, com as várias entidades externas portanto tudo isso é trabalhado por exemplo ao nível de autonomia (...) A ideia é sempre melhorar aquilo que é definido durante 1 ano, melhorar para que no ano seguinte os objetivos sejam mais difíceis, difíceis no sentido de melhorar as competências delas” (E10)

Ao nível das competências sociais e pessoais, cada instituição promove as competências de cada jovem, seja a nível individualizado, seja em planos socioeducativos. A E2 revela que elabora planos individualizados para as jovens com mais de dezasseis anos, trabalha com elas a autonomia, as capacidades e as competências:

“ (...) Tudo que sejam questões práticas como por exemplo a gestão financeira, contas no banco, o que é que é o NIB, o NIF, o IBAN(...)depois também a nível de gestão doméstica (...), eu fiz um programa esse programa prevê todas as fases, também prevê depois a deslocação aos serviços para ter contacto com as coisas é sempre mais fácil depois de perceber ou dar a parte da teoria, passar à prática, e depois também tem muito a ver com as questões (...) por exemplo o contrato de arrendamento, a procura de casa, contrato de trabalho, e também o que concerne à questão do mercado de trabalho, portanto levara-las ao centro de emprego, explicar-lhes como funciona a inscrição, porque é que serve, quais é que são os prazos, e muito também de forma genérica se houver necessidade também posso individualmente que é o que eu costumo fazer com alguma menina, que tenha essa necessidade, explicar-lhe mais no caso dela o que pode fazer e não, quais é que são as hipóteses, carta de apresentação, currículo e pronto por aí e no quadro da intervenção que é feita aqui no lar, da minha área é esta (...)”

As E4 e E5, ambas educadoras e a exercerem funções na mesma instituição, revelam que:

“ (...) nós aqui, as educadoras sociais trabalhamos na instituição mais ao nível da educação do apoio, dos contactos com a escola e identidades de formação, no caso acompanhamos a nível na saúde depois aqui na autonomização, em particular, nomeadamente, em períodos de férias, às vezes também se consegue, fazer alguns programas para trabalhar estas competências com elas, temos trabalhado ao nível da procura de emprego como é que é técnicas de procura de emprego a utilização de serviços públicos, o que é que cada serviço lhe pode prestar como apoio e como elas podem dirigir a estes serviços, o que lá podem fazer(...)algumas atividades que elaboramos para que elas tenham noção do preço, do que é fazer uma lista de compras (...)”

A E5 revela indica que algumas das atividades que planeiam fazer por vezes se tornam impossíveis de realizar dado ao facto de só serem possíveis ao fim-de- semana e muitos desses fins-de-semanas as jovens encontram-se em casa com a família.

Outros entrevistados revelam diversas competências que são implementadas, na ótica da E6 são praticadas competências como *“ (...) gestão de uma casa, de limpeza, de organização dos espaços, tratamento de roupas, organização de comida, confeccionar comida (...)”*. Porém assume que ajudam também no desenvolvimento de outras competências, nomeadamente, *“ (...)apanhar um transporte por exemplo, o ir a uma consulta, procurar os serviços e saber utilizar os serviços”*. Por sua vez, ao nível de gestão financeira, as jovens recebem mensalmente um valor de acordo com a idade, que são elas que gerem com a ajuda de um técnico, de forma a realizarem uma gestão segura. A E7 revela que sempre que uma jovem chega lhe-é atribuída uma madrinha:

“ (...) nós aqui temos por hábito atribuir uma madrinha à menina que vem de novo, (..) que está há mais tempo atribuímos-lhe uma madrinha, no sentido de não é fazer as coisas mas ir ensinando e ir mostrando os hábitos delas cá em

casa, e essa madrinha tem esta função, ir com ela por exemplo às compras uma vez, da próxima vez ela conseguir ir sozinha pronto e é assim que vamos trabalhando as competências.”

A E9 assume que, quando as meninas pretendem ingressar na universidade, fazem com elas a candidatura à universidade, ajudam na procura de residência, no preenchimento dos papéis da bolsa, e, enquanto estes assuntos não tiverem resolvidos, as jovens mantêm-se na instituição, após os assuntos estarem tratados aí sim deixam a instituição e passam a viver no alojamento estudantil. Salieta-se, também, que antes dessa saída há um trabalho de competências a ser realizado:

“ (...) antes delas saírem há ali uma adaptação em termos de gestão de economia portanto fazem compras do dia-a-dia compras dos alimentos para preparar refeições, produtos de higiene pessoal (...) fazer competências em termos de bens pessoais de roupa, calçado, ver qualidade de preço se justifica ou não comprar, a questão da autoestima, em termos de trabalho também, por causa do estar correto, ou não estar correto, daquilo que têm de comprar (...).”

Quando as jovens pretendem ingressar no mercado de trabalho, é desenvolvido um trabalho de preparação para a entrevista, a criação de um currículo e trabalham o que devem ou não devem dizer durante uma entrevista. Se a jovem ingressar no mundo do trabalho, as educadoras sociais ajudam na procura da habitação, segundo os vencimentos, e é feito um esquema onde são apresentados os possíveis gastos que estas irão ter “ (...) com o que tem de pagar de renda, de luz se tem despesas de saúde de telemóvel, alimentação se têm ou não de comprar e quanto vão mais ou menos gastar, fazemos assim uma estimativa com elas”. Também recorrem a candidaturas na Porta 65 para que estas jovens tenham uma habitação. Por último, refere o trabalho de competências em áreas como a da saúde, a ação social, como fazer o IRS, pedidos de senhas, entre outros.

Nesta dimensão, a E3 revela que as competências sociais poderiam ser trabalhadas de formas mais eficazes se contassem com um apartamento de autonomização, criando, assim, uma situação real em que as competências

sejam postas à prova. Já a E8 revela que a instituição conta com uma espécie de apartamento de autonomização:

“(...) nós temos uma casa fora que ou seja quando elas saem têm possibilidade de ficarem aqui num quarto estão fora, mas acabam por estar cá dentro, pagam uma renda simbólica, é como se fosse um apartamento de autonomização (..)quando elas saem nem todas ficam na casa que nós temos aqui, mas há muitas delas que sim que têm essa possibilidade de ficarem aqui pertinho, nos primeiros meses pagam uma renda simbólica até que acabam por sair”.

5.2.2- Elaboração dos Planos

Relativamente à elaboração dos planos, ambos os entrevistados assumem que são feitos em equipa e que, por isso, todos participam nesses planos. A E1 revela que apenas supervisiona os planos, mas que quem os constrói é a equipa técnica, a assistente social e as educadoras, estas assumem como “ (...) *é um trabalho de equipa (...)*” E5.

As entrevistadas E7, E8, E9 referem que os planos são realizados pela educadora, pela gestora de caso, a jovem, a psicóloga que acompanha essa jovem e, em alguns casos, a família, uma vez que algumas podem voltar à sua família de origem. Depois de os planos elaborados, anualmente, são revistos e, posteriormente, delineados de forma a aperfeiçoar as competências como exemplifica a E9:

“(...). É sempre a elaboração em conjunto, depois vai-se revendo porque há coisas que nós vamos fazendo os objetivos mas às vezes têm de ser ajustados porque imaginemos a jovem não entra na faculdade então se não entrou porque não teve média então vamos passar ao caso seguinte que será procura ativa de trabalho ou então vamos fazer melhoria de notas mais a procura ativa de trabalho, depois aí vamos vendo o plano de acordo com a situação da jovem na altura.”

5.2.3- Dimensões para uma transição de uma vida autónoma

Neste âmbito importa conhecer que dimensões os entrevistados consideram mais importantes para a transição após a institucionalização, que teve como indicadores a vida social, escola e trabalho, dinheiro, construção de identidade e integração no mundo laboral.

Em relação a este ponto as E2,E4,E5,E9,E10 concordam que todas as dimensões apresentadas anteriormente são importantes, embora a E4 assume que as dimensões estejam interligadas entre si, ou seja, se uma não corre da melhor forma possível, vai fazer com a que a outra traga consequências a outro nível.

A E3 revela que “ (...) *cada situação é cada situação (...)*” no sentido em que para algumas crianças as dimensões mais importantes divergem, para uns pode ser a questão financeira, para outra criança já pode ser a gestão doméstica. Uma das informações pertinentes dada pela entrevistada que vai ao encontro à resposta da E7 em que assumem que as instituições protegem de mais as jovens e depois quando estas saem das instituições para o mundo lá fora o embate torna-se maior:

“(..) aqui no lar elas têm acesso às coisas de forma facilitada, não é e quando eu estou a falar em coisas é do dia-a-dia, rotinas, à roupa, à comida, a um fundo de maneio que elas precisem imagine, precisam para o autocarro, elas têm uma mesada e depois há aqui uma gestão ao nível com as educadoras, pronto e muitas vezes quando saem daqui essa é a maior dificuldade que sentem não é, é chegarem lá fora e perceberem que precisam de se dirigir a determinado sítio que isso comporta custos, porque efetivamente não estão habituadas a isso” (E3).

“(..) nós tentamos que elas estejam o mais preparadas possíveis e que elas estejam mais próximas da realidade para quando saírem não haver aquele...(..) nós estamos aqui para as proteger e ajudá-las e tudo mais por isso esta saída, esta ajuda é para elas não baterem logo de cabeça às vezes não acontece não é” (E7).

5.2.3.1- Vida Social

Em relação a este indicador pertinente, a E2 revela que a forma de estar e de comportar das jovens se torna fundamental para a criação de boas relações “ (...) *para depois elas conseguirem autonomamente criar relações com outras pessoas, (...), para que consigam perceber a quem eu posso confiar a quem eu não devo, como é que eu devo fazer (.)* ”. A E6 aprofunda bastante a sua opinião em relação a este indicador: “ (...) *procuramos sempre que os nossos jovens tenham uma rede social, uma rede de amigos, algum suporte que é “eu não sei agora o que fazer, agora agarro no telefone e tenho alguém a quem ligar” daí a vida social ser importante*”, ou seja, a equipa tenta sempre que as jovens tenham uma rede social de amigos que possam suportar e ajudar quando o jovem precisar de ajuda.

As E9 e E5 assumem que é necessário que as jovens tenham uma estrutura emocional forte, capaz de suportar qualquer coisa que aconteça lá fora. Segundo a E9 é fundamental que “(...) *elas estejam bem com elas próprias, a questão da saúde física e mental porque só isso é que é possível seguir um bocadinho com a vida em frente (...)* ”

5.2.3.2- Escola/Trabalho

A E6 salienta que a equipa tenta sempre inculcar o valor da escola, dado que depois esta se torna fundamental para exercer uma profissão no futuro. Revela, também, que as jovens seguem cursos profissionais e vocacionais porque é um percurso que permite uma entrada mais fácil depois no mercado de trabalho. Por sua vez, a E8 vai ao encontro da E6 e revela que a grande maioria das jovens optam por cursos profissionais e que a maioria opta pelo ramo da restauração.

A E10 revela que tentam sempre inculcar às jovens que a formação é muito importante “ (...) *durante o acolhimento tentar inculcar sempre à jovem quanto mais formação conseguir ela ter melhor*”, ou seja, há um incentivo de facto à formação das jovens, que, no seu fim, vai permitir que estas tenham depois um futuro profissional de sucesso e que consigam estabelecer uma autonomia financeira.

5.2.3.3- Construção da Identidade

Em relação à construção da identidade, a E2 ressalta que é extremamente difícil “ (...) *é fundamental e é aí que é sempre um bocadinho difícil porque depois temos sempre o peso quer, no meio quer por exemplo também do carácter individual de cada uma, a personalidade individual de cada uma (...)* ”, ou seja, cada uma das jovens institucionalizadas tem a sua personalidade, o seu feitio e a sua história de vida.

A E6 assume que, na sua opinião, esta dimensão é a mais importante no sentido em que as jovens têm de perceber “ (...) *de onde eu vim, para onde vou e quem eu sou no meio disto tudo? Porque é que eu não tenho o apoio o suporte de mais ninguém e tive o apoio, o suporte destas pessoas?*” e que “ *Eu sou a pessoa que não recebeu carinho, não recebeu afeto como é que eu vou aprender a recebê-lo?*”, a entrevistada refere com exemplos que exemplificam o fato de a construção de identidade ser fundamental para estas jovens:

“ (...) *é importante que elas saiam daqui com uma estrutura para aguentar o embate lá fora, em que a estrutura pode abanar porque ela neste momento abana muito e é muito frágil, mas lá fora vai ter de aguentar os sopros dos ventos e vai ter que saber no fundo essa construção de identidade passa muito por saber, quem eu sou? E o que eu quero! Porque se eu souber aquilo que eu quero, quais são os meus objetivos nada me vai abalar (...)*”.

5.2.3.4- Integração no Mundo Laboral

Em relação à integração no mundo laboral, a E6 revela que fazem um trabalho com as jovens em relação a esta questão. Assume que fazem os acompanhamentos de estágios, preparam entrevistas e reconhece que a escola, por vezes, faz com que as jovens não se sintam preparadas para o mundo do trabalho “ (...) *uma lacuna que existe, a escola prepara para uma profissão, mas não provavelmente prepara como é que vou procurar emprego, o emprego não nos vem bater à porta de casa, e nós trabalhamos isto com elas (...)*”, tentam também ir às entrevistas com as jovens não de forma a controlar mas de forma a que as jovens percebam que têm um apoio de retaguarda. Mesmo após estarem integradas, a equipa técnica tenta contextualizar a entidade patronal, ou seja, “*a entidade patronal recebe uma jovem que está acolhida se calhar convém também saber qual é esta realidade e saber o que pode esperar daquela jovem e perceber que se houver alguma coisa que nós podemos fazer para agilizar para ajudar, nós estamos disponíveis para isso*”. Assim podemos afirmar que as jovens têm um acompanhamento e um apoio no que toca à procura de emprego.

A E10 assume que ajudam ao nível da integração no mercado de trabalho, contando com a socialização de outras entidades externas à casa para que as jovens saibam estar em grupo e compreendam como as coisas funcionam.

5.2.4- Estratégias Usadas para a Integração Social

Em relação a esta dimensão a resposta foi unanime. As estratégias que cada instituição implementa surtem efeitos positivos, no entanto nem todos os casos são de sucesso. Claro que nem sempre são casos positivos, por vezes acontecem casos negativos.

Segundo o ponto de vista da E1, quando os processos ocorrem de forma normal, as estratégias foram bem-sucedidas:

“ (...) quando chega a uma determinada altura e acham que querem ir embora, aí quase todas as situações são de

insucesso, mas quando não temos tido bastante casos de sucesso e é possível porque já saíram daqui muitas jovens, com emprego, casa e é esse o nosso objetivo é que tenham, é que consigam ser autónomas e é possível assim o queiram e não é só o queiram às vezes é preciso que tenham estrutura mental para isso porque neste momento temos aqui um problema acrescido, temos aqui muitas jovens com algumas limitações que não poderão nunca ser autónomas (...)” .

A entrevistada faz referência ao facto de haver jovens com limitações que podem originar uma autonomização deficitária:

“ (...)há aqui muitas miúdas com muitas limitações que talvez se aprendessem a fazer qualquer coisa, embora algumas não mostrem interesse nem capacidade mas conseguissem aprender a fazer qualquer coisas e não é depois dos 18 ou 19 anos que vão aprender é necessário muito antes, talvez conseguíssemos uma integração diferente....(...) há aqui gente que vão estar sempre dependente de ajudas de terceiros, não tem capacidade para (...)”

A E3 e E9 partilham da mesma opinião, mostram-se preocupadas no sentido em que, por vezes, há jovens que mal fazem os dezoito anos decidem ir embora por livre e espontânea vontade, levando a que o plano de vida idealizado para estas jovens não seja concluído e, como tal, traga consequências no que concerne à sua integração na sociedade.

Outro fator fundamental para que as estratégias não surtam o efeito desejado é o facto de as jovens cada vez entrarem mais tarde nas instituições, o que leva a que estas já estejam habituadas a não ter regras, como demonstra a E7:

“(...) as meninas chegam cada vez mais tarde com cada vez mais hábitos não tão bons porque lá está o faltar à escola, o

andar a passear ter namoraditos muito cedo, quer dizer namorados que por vezes são mais velhos do que elas (...) nós podemos ter aqui um plano XPTO para trabalhar com elas não é, dá algum resultado em apenas algumas porque elas não querem fazer, porque é uma seca, é muito difícil, não há regras, algumas vamos conseguindo com alguns reforços positivos, vamos conseguindo levar algumas mas há outra que fica um bocado complicado (...)”.

As restantes entrevistadas assumem que, na grande maioria, os planos surtem o efeito desejado e que, por vezes, só o tempo dirá se houve sucesso.

5.2.5- Ajuda e Apoio após a Institucionalização

Esta dimensão foi a parte mais importante desta investigação, bem como a mais consensual. Ambas as entrevistadas revelam que mantêm uma relação com as jovens e sempre com o lema da “porta aberta”.

Do ponto de vista da E3, a visita das jovens é um bom indicador no sentido em que muitas das jovens voltam para visitar e mostrar a sua família, os seus filhos:

“(..).nós quase semanalmente temos uma visita, de uma jovem que já saiu daqui, eu acho que isso é um indicador muito positivo, muito interessante, algumas vêm pedir ajuda, outras apenas para visitar, outras vem-nos mostrar os filhos (...)”.

Já a E6 assume que o facto de estas voltarem e considerarem a instituição como um porto seguro significa que o trabalho obteve um efeito desejado e que a vinculação ainda se encontra presente se, tal como a E9 refere:

“(..).é uma vinculação segura porque se não for, uma vinculação segura elas estão sempre “ será que gostam, será que vão lá estar quando eu precisar” e isso elas sabem que independentemente de não estarem aqui connosco sabem que podem ligar e podem contar connosco (...)”.

As E2 e E3 revelam que por vezes as jovens recorrem aos técnicos para obter ajuda:

“ (...) uma menina que se autonomizou e que depois às vezes dão muitas coisas aqui para o lar, vamos supor quando fecham um restaurante, dão os pratos, as panelas e essas coisas, e essa rapariga que saiu também veio cá e levou o enxoval quase completo era pratos, panelas tudo”.

A E5 revela que todos os anos há uma festa na instituição em que as jovens regressam para a festa de forma a apaziguar as saudades e mostrar às jovens que se encontram institucionalizadas como é a vida lá fora e com o que podem contar. Por sua vez, a E8, revela que a mesma prática é usada na instituição. Ambas, todos os anos contam com uma festa de forma a juntar as jovens que já saíram da instituição.

Por vezes acontecem situações inesperadas dos quais as instituições não podem resolver, mas que tentam ajudar da melhor forma possível como reporta a E2:

“ (...) uma jovem que saiu por iniciativa própria não logo aos 18 mas talvez um mês mais tarde, saiu e depois teve necessidade de recorrer para procurar ajuda, porque as coisas não tinham de todo corrido bem e depois aqui a equipa do lar contactou e estabeleceu as energias com outras entidades, foram entidades que depois fizeram o acolhimento, para essa mesma jovem, porque aqui já não havia enquadramento, até porque a medida de promoção já tinha cessado pelo facto de ela ter saído, e encaminhou-se a situação, neste momento está acolhida noutra casa (...) nós tentamos sempre ajudar, ver onde é que podemos encaminhar, no caso dessa rapariga foi para uma casa abrigo, até porque ela tinha sido vítima de violência por parte dos familiares (...).

Capítulo 6- Discussão dos Resultados

Considerando a apresentação e a descrição dos dados empíricos realizadas no ponto anterior, o presente capítulo contempla a discussão dos resultados, tendo presente uma interpretação crítica dos objetivos desta investigação.

Os resultados obtidos provêm de um plano qualitativo de investigação, sendo que esta foi efetuada em duas instituições de acolhimento, por coincidência ambas acolhiam raparigas. A amostra conta com um universo de onze entrevistados, cinco da instituição A e seis da instituição B, desde Diretor Técnico, Assistente Social, Psicóloga e Educadores Sociais. A presente investigação é direcionada à equipa técnica das instituições com o intuito de conhecer que práticas são exercidas nas instituições.

Para conhecer as práticas tornou-se essencial conhecer que planos são elaborados nestas instituições de forma a promoverem as competências. A maioria dos técnicos afirmou que implementam os PSEI (Planos Socio-Educativos), planos esses que têm como função garantir que o acolhimento em instituição para uma criança ou jovem tenha objetivos concretos. Nele estão contemplados os objetivos a alcançar pela criança ou jovem, as atividades e tarefas que permitem alcança-los, mais propriamente o treino de competências, o tempo previsto para a concretização dos objetivos sendo que, por fim, é fundamental a monitorização do plano, de modo a encontrar pontos de melhoria no mesmo (Gomes I. 2010).

Abordando a temática dos planos de intervenção a E1 revelou que por vezes a implementação destes planos não correm como desejado dado que *“Nós aqui trabalhamos mais essas vertentes todas embora com alguma dificuldade porque são quarenta raparigas (...) sendo que neste contexto com quarenta é muito difícil esse tipo de trabalho (...)”*. Deste modo, a entrevistada assume que fica complicado fazer uma intervenção individualizada dado ao facto de se encontrarem naquele momento muitas jovens acolhidas.

Ao construir um plano, é essencial definir para cada jovem as competências que cada uma tem de atingir. Ambas as instituições contam com planos que permitem alcançar as mais diversas competências, desde a gestão doméstica, à gestão financeira, entre outras. A E2 revela que trabalha mais com as jovens de dezasseis anos, uma vez que se encontram perto da idade de se autonomizarem. A entrevistada descreve, sucintamente, as atividades praticadas, desde as idas a consultas, à criação de uma conta bancária, bem como as informações inerentes a uma conta bancária, como por exemplo saber o que é o NIF, o IBAN, ajudam na procura de casa e arrendamento. A E5 em parceria com a outra educadora implementam *workshops* como, por exemplo, o *workshop* de cozinha em que as jovens aprendem a cozinhar, bem como fazer as compras necessárias para a refeição. A E6 revela que praticam determinadas competências como aprender a fazer a cama, as rotinas do dia-a-dia, tratamento de roupas, confecionar comida, apanhar um transporte, procurar os serviços disponíveis na sociedade e como estes podem ajudar. Este treino de competências, segundo a E7, é realizado mesmo com antecedência, antes da autonomização, ou seja, é um trabalho realizado desde a entrada na instituição. Para a E9 é também importante o trabalho que é feito com as jovens no que toca à entrada da universidade e, como tal, realizam a candidatura com elas e ajudam na procura da residência e no preenchimento dos papéis necessários para a atribuição de bolsa.

Podemos afirmar com estes resultados que ambas as instituições desenvolvem treinos de competências que no futuro permitirão uma integração plena na sociedade. Contudo algumas das entrevistadas assumem que, por vezes, protegem de mais as jovens, como a E5 refere. Quando estas jovens saem da instituição considerada como “um mundo protegido” chegam lá fora e percebem que já não têm a retaguarda que as possa orientar, cabe à jovem resolver os seus problemas e as suas dificuldades por iniciativa própria.

No que diz respeito à prática de determinadas competências nas instituições, a E3, que se encontra a praticar funções na instituição A, revela que a prática de competências “ (...) não têm obviamente o mesmo peso, e não terão

os mesmos objetivos a alcançar porque acabam por estar muito condicionadas, ao facto de uma instituição”. A entrevistada assume, ainda, que era fundamental haver um apartamento de autonomização de forma a praticar essas mesmas competências através da encenação de uma situação real. Do lado oposto, a instituição B conta com uma “espécie” de apartamento de autonomização, “ (...) quando eles saem têm possibilidade de ficarem aqui num quarto estão fora, mas acabam por estar cá dentro, pagam uma renda simbólica, é como se fosse um apartamento de autonomização (...)”. Nesta investigação não foi possível recolher a análise estatística de quantos apartamentos de autonomização existem em Portugal.

Segundo Gomes (2010), os apartamentos de autonomização contam com uma estrutura física autónoma, porém podem estar ligados funcionalmente a uma casa de acolhimento. A sua capacidade deve ser para três a cinco jovens, mobilado à semelhança de uma habitação, onde cada jovem deve poder ter o seu quarto individual e é responsável pela gestão doméstica. Salienta-se que neste apartamento é essencial haver um técnico responsável pela supervisão.

Com a construção dos planos torna-se fundamental perceber quem os faz e como o fazem.

Na instituição A verificou-se que este tipo de plano é um trabalho conjunto, realizado pela assistente social e pelas educadoras, sendo que a diretora técnica apenas supervisiona e aprova os planos, conforme o projeto de vida. Já na instituição B, os planos são elaborados pela educadora, a gestora de caso, a jovem e a psicóloga, participando também no processo a família, caso esteja em vista a (re)integração familiar. Estes planos anuais podem vir a sofrer alterações se os objetivos não forem cumpridos. A revisão é feita ao fim de um ano, sendo que a equipa se reúne e tenta identificar que objetivos foram atingidos, bem como os que não foram atingidos para os poder redefinir.

Nesta investigação foi essencial compreender, na visão da equipa técnica, que dimensões consideram relevantes para que os jovens tenham uma integração na sociedade. Foram consideradas como dimensões a vida social, a escola e/ou o trabalho, a construção da identidade e a integração no mundo laboral. A maior parte dos entrevistados (E2,E4,E5,E9,E10, E11) concordam e salientam que todas as dimensões são importantes. É de notar que a E3 evidência que cada caso é um caso, ou seja cada jovem tem as suas características que por sua vez vão condicionar as dimensões a serem abordadas para cada uma das jovens.

Por sua vez, a E4 e E5 assumem que as dimensões estão interligadas entre si, uma vez que se uma dimensão falhar, a outra acaba também por falhar, assim se a nível laboral houver dificuldades, isso vai fazer com que a gestão financeira seja atingida.

Ao nível da vida social, E2 revela que a forma de estar e de comportar das jovens se torna fundamental para a criação de boas relações para que as jovens depois possam ter alguém a quem recorrer e a quem pedir ajuda. A E6 garante que tentam criar redes sociais para que estas criem vínculos para toda a vida. Contudo, as E9 e E5 assumem que as jovens para aguentarem o “embate” fora da instituição e se integrarem na sociedade precisam de ter uma estrutura emocional e psicológica forte.

Para a E6, E5 e E10 a escola e o trabalho são as dimensões mais importantes, visto que a escola se torna fundamental para um futuro profissional. As entrevistadas revelam que muitas destas jovens optam por cursos vocacionais e práticos pois facilitam a entrada no mundo laboral. Na ótica da E5 a vida profissional permite que as jovens tenham uma autonomia financeira. Podemos, então, afirmar que a escola torna-se fundamental para algumas entrevistadas dado que condiciona depois o futuro das jovens. Nesse sentido, as instituições tentam sempre inculcar o valor da escola nas jovens para que estas compreendam que se se querem autonomizar têm de ter estabilidade financeira e, conseqüentemente, um emprego.

Na construção da identidade apenas duas entrevistadas abordaram esta questão e revelaram que esta é uma das dimensões mais complicadas, “ (...) é

sempre um bocadinho difícil porque depois temos sempre o peso quer, no meio quer por exemplo também do carácter individual de cada uma, a personalidade individual de cada uma” revela E2. Cada jovem tem a sua personalidade, o seu feitio, a sua história de vida, muitas delas trazem más recordações, o que resulta numa fraca estrutura emocional e psicológica e cabe a cada instituição garantir que estas consigam ter uma estrutura forte o suficiente como revela a E6: “(...) a estrutura pode abanar porque ela neste momento abana muito e é muito frágil, mas lá fora vai ter de aguentar os sopros dos ventos e vai ter que saber no fundo essa construção de identidade passa muito por saber, quem eu sou?”.

Por último e não menos importante, temos a dimensão da integração no mundo laboral e aqui verificamos que na instituição B é feito um trabalho para a construção de um currículo, preparação de entrevistas, acompanhamento nas entrevistas para que a jovem se sinta segura e, acima de tudo, depois de conseguir emprego, a educadora encarregue expõe brevemente à entidade patronal a história de vida daquela jovem, para que a entidade perceba de que forma é que pode vir a ajudá-la e o que pode esperar dela.

Com a autonomização importa saber se as estratégias que foram usadas para a autonomia foram eficazes ou não, aqui também todas as entrevistadas partilham da mesma opinião. Todas concordam que as estratégias têm surtido efeitos positivos, salientando que, por vezes, acontece o contrário, e que tal se deve ao facto de as jovens ao fazerem dezoito anos cortarem o relacionamento com a instituição e quererem viver a sua vida, ou seja, os planos que são levados até ao fim em que a jovem tenha emprego, casa e estabilidade, esses planos na opinião das entrevistadas correm bem. Aquelas jovens que optam por sair antecipadamente, por vezes, sentem dificuldades, e depois, nessa situação, voltam a pedir apoio, mas a instituição já não pode ajudar, contudo salienta-se aqui que a equipa técnica tenta direccionar estes casos para outras entidades.

Com esta questão revelou-se aqui vários tópicos pertinentes e atuais, a E7 revela que algumas jovens que entram tardiamente revelam comportamentos e atitudes difíceis de mudar, o que dificulta a implementação do plano e, conseqüentemente a integração social. Outro tópico fundamental encontra-se

relacionado com as gravidezes indesejadas, como revela a E9, também assume que muitas das gravidezes ocorre depois da institucionalização, mas que, por vezes, são indesejadas. Por último a E1 revela que cada vez mais a instituição demonstra casos de jovens que não têm competências nem capacidades, que se encontram limitadas e que provavelmente nunca vão ser autónomas e salienta que estes casos por sua vez correm mal, devido ao facto de não haver o apoio profissional no meio escolar, nem do Estado. Depois das jovens atingirem a autonomização não encontram qualquer tipo de ajuda, porque essa ajuda por vezes não existe.

Por último e o mais importante torna-se fulcral perceber se depois da autonomização há um apoio da instituição, e se os jovens neste caso as jovens voltam a recorrer a este apoio e que apoio lhes é dado. Na maioria da opinião dos entrevistados as jovens voltam praticamente sempre a recorrer ao apoio técnico, não que seja de uma forma de acolhimento, mas para matar saudades, mostrar os seus feitos e conquistas, mostrar a família já constituída, pedir uma opinião ou uma ajuda relacionada com os mais diversos serviços presentes na sociedade. De forma geral, as instituições em estudo, ajudam as jovens no que for preciso e no que estiver ao seu alcance, tal como foi mencionado no caso anteriormente, uma jovem encontrou-se numa situação vulnerável, a instituição já não podia fazer nada, mas mesmo assim tentou criar uma solução recorrendo a outras entidades.

Algumas das entrevistadas assumem que a visita das jovens demonstra que fizeram um trabalho positivo e que elas sabem que podem contar com elas para sempre. A E9 assume que muitas vezes se torna como uma mãe para estas jovens e isso é que torna o trabalho gratificante. Ambas as instituições revelam que todos os anos existe um encontro anual de jovens que já se autonomizaram, para que revejam a equipa técnica, bem como as jovens que ainda se encontram na instituição. Este encontro também permite uma partilha de opiniões e testemunhos de uma vida lá fora, para que as jovens que ainda se encontram em acolhimento tenham conhecimentos que a vida lá fora não é a mesma do que viver numa instituição.

Considerações Finais

Tendo em conta os resultados que foram discutidos anteriormente, importa fazer algumas reflexões quanto aos objetivos (previamente estabelecidos,) bem como identificar que boas práticas são usadas pelas instituições de forma a promover uma integração social após o acolhimento.

Uma vez que o objetivo norteador desta investigação era centrado em indicadores de boas práticas nos processos do acolhimento e nos processos de integração de autonomização dos jovens, bem como em todo o trabalho que é efetuado pelos técnicos das instituições, tencionámos compreender como é que a equipa técnica desenvolve os métodos e as práticas para que o processo de integração social dos jovens seja realizado eficazmente.

Segundo os dados obtidos, é possível afirmar que quando as crianças ou os jovens chegam às instituições são providos de planos, denominados de PSEI, planos socioeducativos individuais, individualizados, com objetivos diferentes a serem alcançados por eles próprios. Verificámos também, decorrente destes resultados, que a E1, exercendo funções na instituição A, faz referência ao facto de haver muitas crianças na instituição e, como tal, torna-se, por vezes, difícil fazer o devido acompanhamento individualizado.

Segundo as Recomendações Técnicas para os Equipamentos Sociais dos serviços do Instituto de Segurança Social, I.P. (2010), os Lares de Infância e Juventude devem acolher entre um número mínimo de doze e um máximo de trinta crianças e jovens, sendo que o número de crianças e jovens varia de instituição para instituição tendo em conta as necessidades da população que acolhe e os recursos financeiros. A instituição A acolhe trinta e sete crianças, contando apenas com cinco elementos da equipa técnica em contraste com a instituição B, que acolhe apenas vinte e um e conta com uma equipa técnica de seis elementos, o que permite uma intervenção mais individualizada, bem como um acompanhamento regular.

Por sua vez, a instituição B ao receber a nova criança ou jovem atribui-lhe uma madrinha, com o objetivo desta conhecer a instituição, conhecer as regras e o funcionamento através de um técnico. Segundo Gomes (2010), é fundamental que a criança ou jovem tenha conhecimento, desde o primeiro dia,

do regulamento, bem como de todas as regras e rotinas para que se mantenham tranquilos e tenham um sentimento de pertença.

Com os PSEIS são treinadas diversas competências sociais e pessoais. É possível salientar que ambas as instituições ajudam em várias competências que posteriormente serão fundamentais na integração na sociedade. Na ótica da E3 que se encontra a exercer funções na instituição A, esta assume que terem um apartamento de autonomização era fundamental para pôr em prática este treino de competências. A instituição B, encontra-se dividida em unidades familiares, o que permite entrar já na vida real, no sentido em que ambas as unidades se encontram equipadas com uma cozinha, uma sala de jantar, quartos, sendo que cada unidade familiar conta com uma educadora que supervisiona as funções, de que são exemplo cozinhar, lavar a loiça e as casas de banho, entre outras, que cada jovem tem que desempenhar e que lhes permitem conhecer a sua futura realidade.

Como salienta Gomes e Marques (2013), as competências de vida só se encontram sólidas se houver contacto com situações reais, porém muitos jovens entram tardiamente no sistema de acolhimento e muitas delas, como reporta a E7, apresentam uma bagagem de vivências marcada pela falta de regras e pelo desinteresse na aprendizagem, o que dificulta, muitas vezes, o desenvolvimento das competências fundamentais à sua integração.

Já no que concerne à elaboração dos planos, torna-se essencial a existência de um trabalho de equipa que, tal como é possível verificar com a investigação realizada, é um trabalho que envolve toda a equipa técnica. No entanto, foi possível verificar também que, enquanto na Instituição B existe uma intervenção individualizada e, como tal, quem participa na elaboração dos planos é a educadora de referência do jovem, a psicóloga que a acompanha e a assistente social, na Instituição A, a elaboração de planos é realizada por toda a equipa.

Importou, também, nesta investigação conhecer a perspetiva da equipa técnica relativamente às dimensões consideradas importantes na transição para a vida autónoma. Observou-se que as dimensões vida pessoal, gestão doméstica e financeira, rede social, trabalho e escola foram consideradas por ambas as equipas técnicas como importantes. Para além disso, há uma ligação entre as dimensões mencionadas. Por exemplo, se um jovem não tiver estudos suficientes provavelmente esse fator vai influenciar a sua entrada no mercado de trabalho, que por sua vez vai fazer com que a autonomia financeira não seja alcançada e com que o jovem se sinta isolado se não tiver uma rede de apoio a quem recorrer, o que pode levar a um enfraquecimento da integração social do jovem.

Reportando a um dos objetivos específicos norteadores desta investigação, tornou-se importante identificar, na ótica das equipas técnicas, se as estratégias utilizadas durante o acolhimento se, efetivamente, se tornaram eficazes. As respostas coincidiram no sentido em que em alguns jovens as estratégias se tornaram eficazes se estas levarem o seu projeto de vida até ao fim e saírem da instituição com casa, emprego e estabilidade financeira. Porém aqueles jovens que saem sem o devido projeto terminado têm mais dificuldades na integração social.

Muitos dos jovens ao atingirem a maioridade, ou seja, os dezoito anos optam por sair do sistema de acolhimento e a instituição não pode proibir, uma vez que a medida de proteção só abrange crianças e jovens até aos dezoito anos. Um dos problemas decorrentes desta situação é que a E1 salienta é o facto de muitas das crianças e jovens possuírem limitações, sejam elas físicas ou psicológicas que não lhes permitem atingir a autonomia e, conseqüentemente, devido ao cessar do acolhimento e às escassas respostas sociais e institucionais existentes em Portugal, provocam um sentimento de desamparado nestes jovens. No entanto, vale a pena frisar que este problema social é extensível a uma grande parte da população, pois, atualmente, a maioria dos jovens não consegue encontrar a estabilidade financeira e social necessária para se autonomizar antes dos vinte e um anos de idade.

Assim, e uma vez que os jovens que acolhidos não contam com a possibilidade de prolongarem a sua estadia nas casas de acolhimento, vale a pena realizarmos algumas questões: “Em que medida um jovem com vinte e um anos se encontra autónomo o suficiente para levar uma vida independente?”; “Que meios e apoios o Estado pode e deve criar para colmatar estas necessidades?”.

Por fim, tornou-se, também, essencial e pertinente conhecer se os jovens depois de se autonomizarem voltam a pedir ajuda à instituição onde foram acolhidos. Ambas as instituições revelaram que mantêm uma política de porta aberta, encontrando-se sempre disponíveis para ajudar quem precisa, e revelam, ainda, que muitas das jovens voltam para rever a equipa e os amigos, para partilhar os seus sucessos, apresentar a sua família e expor as suas dúvidas nas mais diversas áreas da sua vida. É de salientar, também, que muitas vezes algumas das jovens necessitam de adquirir alguns recursos materiais, como por exemplo carrinhos de bebé, que a instituição se esforça para ajudar na compra.

Podemos, então, concluir que os vínculos constituídos durante o acolhimento se tornam duradouros mesmo após a saída da instituição. A E9 revela que se sente como uma mãe, o que corrobora a ótica de Alvarez, Carvalho e Batista (2014) que revelam que nas instituições de acolhimento podem existir adultos que desempenhem as funções parentais, apesar de não se tratarem de mães e de pais, uma vez que os vínculos criados com os pais duram a vida toda e que na instituição o vínculo é apenas temporário. Nesta investigação podemos comprovar que o vínculo se torna duradouro, muito em parte devido ao número de anos em que as equipas técnicas se encontram a desempenhar funções, o que leva a uma criação de um vínculo permanente com as crianças e os jovens.

Com a presente dissertação foi possível concluir que nas instituições em estudo são utilizadas práticas capazes de promover o treino das competências pessoais e sociais de cada jovem, surtindo estas, na sua maioria, efeitos positivos quando cumpridas na íntegra. Porém, parece ser fundamental que se realize um estudo sobre esta temática a nível nacional, de modo a conhecer melhor esta realidade, principalmente em relação à eficácia destas práticas a longo prazo.

Podemos, ainda, ressaltar outras temáticas que devem ser estudadas de forma a combater este problema social, de que são exemplo: a gravidez precoce nas jovens que acabam de sair das instituições; o impacto da inexistência de apartamentos de autonomização em todas as instituições; e, ainda, a falta de apoio pós-acolhimento aos jovens que não conseguem atingir a plenitude da sua autonomização.

Por fim, e tendo em conta toda a investigação realizada, uma das possíveis soluções passaria pela implementação de um plano de tutoria. Isto é, os jovens plenamente autonomizados, que estivessem disponíveis, acompanhariam um jovem cuja autonomização ainda não estivesse completa e acompanhá-lo-iam em todas as suas etapas, sendo que estes se tornariam, assim, um adulto de referência. Para que tal fosse possível, seria importante, entre outras medidas, criar uma rede de suporte económico e, ainda, garantir um emprego protegido e adequado às dificuldades de cada um.

Bibliografia

- Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas? " Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. Em *Violência e Vítimas de Crimes* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Almeida, A. (2009). *Para uma Sociologia da Infância. Jogo de Olhares, Pistas para a Investigação*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Alvarez, F. C. (2014). Adolescentes em contexto institucional. Em T. Mendes, & P. Santos, *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo* (pp. 49-71). Lisboa: Climepsi.
- Alvarez, F., Carvalho, I., & Batista, M. (2014). Adolescentes em Contexto Institucional. Em T. Mendes, & P. Santos, *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo* (pp. 49-71). Lisboa: Climepsi.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. London: Basic Books.
- Coelho, A. &. (s.d.). Retirada de Crianças nas Situações Urgentes. *Revista Infância e Juventude n°3*, pp. 10-86.
- Collie, A. (2003). Staff development and training. Em A. Ward, K. Kasinski, J. Pooley, & A. Worthington, *Therapeutic communities for children and young people*. Londres: Jessica Kingsley.
- Courtney, M., Dworsky, A., Lee, J., & Raap, M. (2010). *Midwest evaluation of the adult functioning of former foster youth: outcomes at age 23 and 24*. Chicago: Chapin Hall at the University of Chicago.
- Daining, C., & DePanfilis, D. (2007). Resilience of Young in transition from out-of-home care to adulthood. *Children and Young Services Review*, 29, pp. 1158-1178.
- Daniel, B., Wassell, S., & Gilligan, R. (1999). *Child Development for Child Care and Protection Workers*. London: Jessica Kingsley Publishers.

- Delgado, P. (2006). *Os direitos da Criança da participação á responsabilidade- o Sistema de proteção e educação das crianças e jovens*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2011). *O Acolhimento Familiar de Crianças. Uma Perspectiva Ecológica*. Porto: PROFEDIÇÕES, LDA.
- Doron, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia, o Desenvolvimento Psicológico e a Relação com os pais*. Edições Afrontamento.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia, o Desenvolvimento Psicológico e a Relação com os Pais*. Edições Afrontamento.
- Freud, A. (1934). *Psychoanalysis and the upbringing of the young child*. Nova Iorque: International Universities Press.
- Gaspar, J., Santos, E., & Alcoforado, J. (2015). Desafios da Autonomização: Estudo Das Transições Segundo Jovens Adultos Ex-Institucionalizados. *Psic. Clin. Rio de Janeiro vol.27*, pp. 59-81.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura- Agência e Estrutura*". Oeiras: Celta Editora.
- Gomes, A., & Marques, B. (2013). *Life skills in educational contexts: testing the effects of an interventation programme*. *Educational Studies*. University of Minho. School of Psychology.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Isabel Gomes e Texto Editora.
- Hawkins-Rodgers, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: a residential care model of reorganizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Sevices Review 29*, pp. 1131-1141.
- Instituto da Segurança Social. (2005). *Percursos de Vida de Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e juventude*.
- Leote de Carvalho, M. J., & Cruz, H. (2015). *Promoção da Autonomia em Crianças e Jovens em Acolhimeto Institucional*. Fundação Caloutos Gulbenkian.

- Leote de Carvalho, M., & Cruz, H. (Maio de 2015). Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. *Autonomia- Desafios e Práticas no Acolhimento de Jovens em Instituições*.
- Leote de Carvalho, M., & Cruz, H. (2015). *Transições Juvenis num Contexto de (Pós-Acolhimento)*. Fundação Calouste Gulbenkian Desenvolvimento Humano.
- Ló, A. (2011). Integração Social e Estratégias de Mediação. *Revista Toxicodependências Vol.17| N: 1*, pp. 56-60.
- Lockwood, D. (1964). Social Integration and system integration. *Explorations in Social Change*, (pp. 244-257). Londres.
- Lockwood, D. (2004). Social Integration and Sytem Integration. Em G. Zollschan, & W. Kirsch, *Social Change: Explorations, Dignoses and Conjectures*.
- Martins, J. (2015). *Trajectoria de Vida e Integração Social dos Jovens Pós-Institucionalizados. Estudos de Caso na Casa Pia de Lisboa*. Lisboa.
- Martins, P. (2006). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens- As Respostas Institucionais. *Revista Infância e Juventude*, pp. 103-114.
- Martins, P. C. (janeiro de 2015). Depois do Entretanto: o acolhimento institucional como lugar de passagem de trajetórias de vida complexas. *Intervenção em Sede De Promoção E Protecção De Crianças E Jovens*, pp. 129-145.
- Mendes, T., & Santos, P. (2014). *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa: Climepsi.
- Menzies Lyth, I. (1985). The Development of the self in children in institutions. Em I. Menzies Lyth, *Containing anxiety in institutions: selected essays* (pp. 236-258). Londres: Free Association Books.
- Menzies Lyth, I. (1995). Development of the Self in Children Institutions. Em J. Trowell, & M. Barion, *The Emocional Needs of Young Children and Their Families: Using Phychodynamic Ideas in the Community*. Londres: Routledge.

- Mersky, J., & Janczewki, C. (2013). Adult well-being of foster care alumni: Comparisons to other child welfare recipients and a non-child welfare sample in a high-risk, urban setting. *Children and Youth Services Review*, 35, pp. 367-376.
- Panchón, C. (1998). *Manual de Pedagogia de la Inadaptación Social*. Barcelona: Dulac.
- Pena, R. P. (2012). O problema da integração. *Sociologia, Revista de Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol.XXIV*, pp. 55-87.
- Pires, R. P. (1999). Uma teoria dos processos de integração. *Sociologia-Problemas e Práticas nº 30*, pp. 9-54.
- Reichert, B. C., & Wagner, A. (Set/Dez de 2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. 38, n.3, pp. 292-299.
- Rodrigues, L. P., & Neves, F. M. (2012). *Nicklas Luhmann: a sociedade como sistema*. Porto Alegre: Edipricis.
- Sandomingo, J. (1998). *Centros de menores, de ontem a hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Santos, C. C. (2014). Intervenção social junto das famílias com crianças institucionalizadas. Em T. Mendes, & P. Santos, *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo* (pp. 185-200). Lisboa: Climepsi.
- Sinclair, I., Baker, C., Wilson, K., & Gibbs, I. (2005). *Foster Children: Where They Go and How They Get On*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Stapley, L. (2014). Conhecer a criança e desenvolver uma relação. Em T. Mendes, & P. Santos, *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo* (pp. 73-90). Lisboa: Climepsi.
- Strecht, P. (1997). *Crescer Vazio: Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes*. Lisboa.
- Triseliotis, J., & Russel, J. (1984). *Hard to place: The outcome of adoption and residential care*. Londres: Heinemann Educational Books.

- Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia*.
Dissertação de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e
Jovens em Risco: Instituto Politécnico de Viseu.
- Vinnerljung, B., & Hjern, A. (2011). Cognitive, educational and self-support
outcomes of long-term fostercare versus adoption. A Swedish national
cohort study. *Children and Youth Services Review*, pp. 1902-1910.

Anexos

Anexo A- Consentimento Informado



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CONSENTIMENTO INFORMADO

ESTUDO/Trabalho académico: Percepção dos profissionais sobre as suas práticas

Eu,, na qualidade de da
(colocar nome da Instituição) fui informado(a) pela aluna
de Mestrado em Intervenção Social Inovação e Empreendedorismo, da Faculdade de Psicologia e
Ciências de Educação da Universidade de Coimbra sobre a natureza da entrevista e aceito ou
não aceito (riscar o que não interessa) que a mesma seja gravada sendo usada para o estudo
em questão, sendo posteriormente eliminada.

Fui igualmente informada(o) que esta gravação se destina à elaboração do trabalho de
dissertação “ Boas Práticas de Integração Social dos Jovens Após a sua Institucionalização”,
sendo os seus dados de carácter sigiloso e destinando-se unicamente para este efeito.

Os termos do trabalho bem como os da minha participação, foram-me explicados por,

.....

Sou livre de responder às questões da entrevista e posso a qualquer momento retirar o meu
consentimento, pondo fim à minha participação.

Assinatura do(a) Participante(a)

2018 - -

.....

Assinatura da aluna

2018 - -

.....

Anexo B- Guião da Entrevista

Guião-Entrevista

Entrevistado:

Função:

Duração de Funções:

Processo de Autonomização:

Na perspectiva do jovem que está prestes a terminar o processo de acolhimento e a entrar na sociedade, peço que responda às seguintes questões:

1) Existem planos de intervenção estruturados e individualizados na ótica da promoção de competências sociais e pessoais?

a) Sim existem e quais são?

b) Não existem. Então como preparam o jovem para a integração social?

2) Como são elaborados os planos de intervenção estruturados e individualizados?

3) Na sua opinião que dimensões considera relevantes na transição para a vida autónoma do jovem institucionalizado? E porque?

a) Dimensão: vida social, escola e trabalho, dinheiro, construção de identidade, integração no mundo laboral entre outras...

4) As estratégias de transição e de autonomia do jovem institucionalizado têm surtido efeito positivo? Ou pelo contrário, sentem muitas dificuldades iniciais?

a) fundamentar com exemplos práticos à resposta anterior

5) Depois da institucionalização os jovens voltam a recorrer ao apoio técnico da instituição? Se sim como a equipa técnica recebe esse jovem e de que forma esse jovem é apoiado?

Anexo C- Grelha de Análise de Conteúdo

Eixo de Análise	Categoria	Subcategoria	Unidades de Contexto	Unidades de Registro
Autonomização	Planos de Intervenção Individualizados	Existência de planos de intervenção estruturados e individualizados na ótica da promoção de competências sociais e pessoais	<p><i>E.1-“Existem planos... São feitos semestralmente, os chamados os PSEIS, que é o Plano Socio Educativo Social (...)”dependendo do projeto de vida de cada uma delas, (...) está definido por cada uma delas assim são as ações que são centrais nesse plano”</i></p> <p><i>E.2- “ (...) assim neste momento e desde o início deste ano civil, eu tenho feito no caso da minha atuação aqui no lar enquanto psicóloga (...) trabalho com as meninas a partir dos 16 até mais anos a autonomia, capacidades e competências da autonomia”(...) Tudo que sejam questões práticas como por exemplo a gestão financeira, contas no banco, o que é que é o NIB, o NIF, o IBAN(...)depois também a nível de gestão doméstica (...), eu fiz um programa esse programa prevê essas todas fases, também prevê depois a deslocação aos serviços para ter contacto com as coisas é sempre mais fácil depois de perceber ou dar a parte da teoria, passar à prática, e depois também tem muito a ver com as questões (...) por exemplo o contrato de arrendamento, a procura de casa, contrato de trabalho, e também o que concerne à questão do mercado de trabalho, portanto levava-las ao centro de emprego, explicar-lhes como funciona a inscrição, porque é que serve, quais é que são os prazos, e muito também de forma genérica se houver necessidade também posso individualmente que é o que eu costumo fazer com alguma menina, que tenha essa necessidade, explicar-lhe mais no caso dela o que pode fazer e não, quais é que são as hipóteses, carta de apresentação, currículo e pronto por aí e no caso da intervenção que é feita aqui no lar, da minha área é esta, (...) tenho também conhecimento e tenho assistido as educadoras, (...) têm trabalhado, ao longo do tempo algumas competências, também ao nível de autonomia, por exemplo costumam fazer atividades com elas, em que elas têm de cozinhar, até porque pronto aqui como é natural, não cozinham, porque temos uma cozinheira e uma ajudante de cozinha para esse efeito, porque mexer numa cozinha com equipamentos industriais, não é a mesma coisa de que uma cozinha que nós lá em casa a experimentar a fazer qualquer coisa e nós temos outro espaço aqui no (nome ocultado) que vamos aproveitando para fazer e para dinamizar esse tipo de atividade para que elas possam também depois não ter tanta dificuldade em se inserir depois no mundo fora daqui, à posteriori”</i></p>	<p>E1: São elaborados planos de autonomização que designam por PEIS e são estabelecidos de acordo com o projeto de vida prevista para cada um dos jovens. Não define quais as competências sociais e pessoais a desenvolver</p> <p>E2: São elaborados planos de autonomização individualizados anualmente e estão previstas as competências a desenvolver. Nomeadamente: Gestão financeira, (contas no banco, o que é que é o NIB, o NIF, o IBAN) a nível de gestão doméstica (contrato de arrendamento, a procura de casa), na competência de autonomia a entrevistada revela as educadoras sociais trabalham com as jovens realizando atividades como saber cozinhar entre outras atividades para no fim (elas possam também depois não ter tanta dificuldade em se inserir depois no mundo fora daqui, à posteriori), no que concerne à questão de emprego a entrevistada revela que (levava-las ao centro de emprego, explicar-lhes como funciona a inscrição, porque é que serve, quais é que são os prazos). A entrevistada revelou todas as competências que eram abordadas nesta instituição, bem como exemplos de como praticam essas competências.</p>

		<p><i>“ (...) o ir aqui para fazer um pagamento no multibanco, uma transferência, fazer um preenchimento de um formulário por exemplo de um aviso de receção nos correios, são tudo coisas que a nível prático, pronto implica pelo menos fazer uma outra vez para se perceber como é que é a dinâmica, para depois no futuro conseguirem entender, e elas não têm muito isso por hábito, não é, porque há aqui uma equipa que vai tratando de uma série de coisas e nós também tentamos sempre explicar-lhes como é que funciona (...)”</i></p> <p>E.3- <i>“Existem no âmbito e no projeto individual, para cada uma delas, neste caso para as nossas crianças e jovens que temos aqui acolhidas, quando o projeto de vida passa pela autonomização é desenvolvido no âmbito do plano de intervenção para cada uma, delas algumas ações e algumas atividades, que visam o adquirirem competências para a autonomia (...)”</i></p> <p><i>“(...) são desenvolvidos projetos, nas várias áreas, quer já teve a falar também com a minha colega psicóloga (...), também, quer no âmbito da intervenção mais social, por parte das educadoras sociais também, nós temos duas técnicas de educação social e há projetos, ações, programas que visam a adoção e adquirirem essas competências, (...) dificulta aqui um bocadinho a situação, é que esses projetos, essas ações desenvolvidas neste contextos institucional, não têm obviamente o mesmo peso, e não terão os mesmos objetivos a alcançar porque acabam por estar muito condicionadas, ao facto de uma instituição, (...) nós somos um Lar de Infância e Juventude, vocacionado para o acolhimento de longa duração, e aquilo que seria o ideal e nós já mais do que uma circunstância candidatamos a um apartamento de autonomização, seria trabalhar de fato essas competências, numa situação muito mais real, (...) estariam aí sim integradas numa reposta que seria a mais adequada para trabalhar, esse tipo de competências”</i></p> <p><i>“(...) nos períodos de férias alguns workshops, ateliers atividades que passam pela questão da autonomização, temos a questão de um espaço que costumamos utilizar, que é fora da instituição, pertence ao centro que tem uma cozinha e que tentamos ali em pequenos grupos, trabalhar essas competências, quer ao nível da confeção de alimentos, das compras, da elaboração de uma ementa, pronto, mas a esse nível, para elas adquirem algumas competências concretas, depois temos também algumas atividades, que passam por poderem conhecer os serviços de comunidade, como se dirigirem a esses serviços pronto, registo civil, a um banco a correios pronto tudo isso tentamos desenvolver com elas, quer a nível individual, quer a nível de grupo essencialmente nos períodos de férias, porque no dia-a-dia elas estão todas integradas na escola, na formação profissional, e nem sempre é possível fazer no dia-a-dia como</i></p>	<p>E.3- A entrevistada revela que os planos existentes atuam em cada uma das crianças e dos jovens, é feito um plano de intervenção individualizado para cada jovem, os projetos que promovem competências para a autonomia são desenvolvidos em diversas áreas, revela também que estes projetos de autonomia podem não surtir o efeito desejado dado que são apenas realizadas competências dentro da instituição, ((...)) <i>ações desenvolvidas neste contextos institucional, não têm obviamente o mesmo peso, e não terão os mesmos objetivos a alcançar porque acabam por estar muito condicionadas, ao facto de uma instituição (...)</i>” a entrevistada assume que era essencial haver um apartamento de autonomização de forma a trabalhar essas competências, criando assim uma situação mais real, <i>(estariam aí sim integradas numa reposta que seria a mais adequada para trabalhar, esse tipo de competências (...)).</i></p>
--	--	---	--

		<p><i>lhe digo é mais realização das tarefas e rotinas diárias em que elas são acompanhadas, e se faz, esse trabalho, de aquisição de competências, neste contexto é só assim que se consegue desenvolver</i></p> <p><i>E.4 -“ Existem, existe o nosso plano de intervenção socio educativo de acordo com o seu projeto de vida que já estará delineado para a autonomia (...)nós aqui, as educadoras sociais trabalhamos aqui na instituição mais ao nível da educação do apoio, dos contacto com a escola e identidades de formação, no caso acompanhamos a nível na saúde depois aqui na autonomização em particular nomeadamente em períodos de férias às vezes também se consegue, conseguimos fazer alguns programas para trabalhar estas competências com elas, temos trabalhado ao nível da procura de emprego como é que é técnicas de procura de emprego a utilização de serviços públicos, o que é que cada serviço lhe pode prestar como apoio e como elas podem dirigir a estes serviços, o que lá podem fazer(...)algumas atividades que elaboramos para que elas tenham noção do preço, do que é fazer uma lista de compras (...)</i></p> <p><i>E.5 -“ (...) temos por base o plano de autonomia de vida deles, que na maioria das meninas que estão aqui nesta casa, acaba sempre por ser o projeto de vida a autonomia(...), nós tínhamos um projeto eu e a minha colega a doutra (nome oculto), quer era fazermos aos fins-de-semana tipo um, workshop sobre a autonomia de vida, mas entretanto assim as coisas programadas deixaram, porque há fins-de-semanas em que as meninas estão cá, outras não estão, acaba por ser complicado, mas sempre que é possível nós educadoras e a minha colega psicóloga a doutora (nome oculto), faz esse trabalho, não de uma forma que nós as educadoras não temos tempo, de uma forma, agora se uma miúda está para sair nós ajudamos, o que é que é preciso, o que não é preciso (...)</i></p> <p><i>E.6- “ (...) desde a entrada da criança ou jovem nesta casa é definido o projeto de vida, o projeto de vida é sempre definido (...) nesse projeto de vida temos de definir o que é curto, médio e longo prazo que se prevê que aconteça à vida daquele jovem nós neste momento trabalhamos essencialmente com projetos de vida de autonomização e reintegração familiar, sendo que os de reintegração familiar até por orientações da segurança social são em menor número (...) desde a entrada do jovem ou da criança nesta casa nós perspetivamos sempre no desenvolvimento de competências que visem a sua autonomia (...) nós temos sempre projetos socioeducativos e o projeto de processo de autonomia (...) nós olhamos para as características das jovens, vemos quais são as suas capacidades,</i></p>	<p>E.5- De acordo com a entrevistada o plano vigente passa pela autonomia de vida, dado que a maior parte destas jovens, tem como projeto de vida a autonomia, revela que em articulação com a outra educadora social realizam workshops, atividades relacionadas como a autonomia de vida, contudo por vezes esses projetos não atingem o resultado desejado, dado que por vezes as jovens não se encontram na instituição, quando uma jovem está em iminência de abandonar a instituição a equipa técnica fazem um trabalho em conjunto para ajudarem a jovem em tudo o que precisar no momento da saída.</p> <p>E.6- Assume que desde a entrada da jovem na casa é definido o projeto de vida, esse projeto é realizado individualmente. Esse projeto de vida pode passar pela reintegração familiar, ou autonomização, sendo que a reintegração familiar são em menor número, existem os PSEIS e o Projeto de Autonomia, quando a criança chega à instituição é avaliada no sentido de conhecer as suas capacidades e competências que ela tem e o que é que depois pode vir a desenvolver, “ (...) pode ser um objetivo de trabalhar competência como aprender a cozinhar, pode ser que</p>
--	--	--	--

		<p><i>potencialidades que ela tem, o que é que já adquiriu e o que é que pode vir a desenvolver e depois trabalhamos especificamente cada jovem pode ser um objetivo de trabalhar competência como aprender a cozinhar, pode ser que aprender a fazer a cama, estes objetivos que são trabalhados no dia-a-dia no quotidiano (...) começamos com as rotinas diárias do dia-a-dia, como a gestão de uma casa, de limpeza, de organização dos espaços, tratamento de roupas, organização de comida, confeccionar comida, em termos, depois também trabalhamos outras competências, o apanhar um transporte por exemplo, o ir a uma consulta, procurar os serviços e saber utilizar os serviços isso são competências que nós trabalhamos com elas (...) ao nível de gestão de dinheiro, elas também têm usado, também ajudamos a gerir, aquilo que acontece é, há um valor atribuído à instituição através da segurança social, o que é que acontece mensalmente a casa decidi atribuir um valor à jovem, na nossa casa o valor é atribuído em função das idades, imaginemos, estes valor que é atribuído a jovem tem de o gerir, geralmente o valor fica numa espécie de conta, com uma caderneta imaginemos que elas querem carregar o telemóvel com 5 euros, mas só têm 4 euros na mesada nós dizemos “olha só tens 4 euros na conta lembras-te tu quiseste ir comprar aqueles fones à loja do euro, gastaste mais, em vez de comprar uns fones de 2 euros compraste um de 6 euros e agora não consegues carregar o telemóvel”, aquele dinheiro é delas claro que sim, é atribuído pela casa e é delas mas nós também as ajudamos a fazer uma gestão porque daqui à paralelismos para o seu salário no futuro.</i></p> <p>E.7- <i>“É assim cada jovem tem o seu PSEI (...) é individualizado é à medida de cada um e nós e nós vamos fazendo algumas atividades, alguns processos para que elas tenham, adquiram competências para quando chegarem um dia mais tarde lá fora comecem (...) a conseguir trabalhar sozinhas e isto não vem só nos que estão para sair nós começamos a trabalhar isto com antecedência por exemplo tratar do cartão de cidadão, fazer umas compras, ir ao médico (...) claro que ao médico nunca vão sozinhos aos 14 anos, mas por exemplo fazer um cartão de cidadão poderão ir, temos meninas com 16, 17 anos que se calhar têm um desenvolvimento cognitivo um bocadinho mais frágil que acaba por pronto, por ter mais apoio nessa situação (...) nós aqui temos por muito hábito atribuir uma madrinha à menina que vem de novo, uma menina do grupo não é, que está há mais tempo atribuímos-lhe uma madrinha, no sentido de não é fazer as coisas mas ir ensinando e ir mostrando os hábitos delas cá em casa, e essa madrinha tem esta função, ir com ela</i></p>	<p><i>aprender a fazer a cama, estes objetivos que são trabalhados no dia-a-dia no quotidiano (...)”. Revela também que praticam as rotinas diárias “ (...) gestão de uma casa, de limpeza, de organização dos espaços, tratamento de roupas, organização de comida, confeccionar comida (...)”, assume que ajudam noutras competências nomeadamente “ (...) apanhar um transporte por exemplo, o ir a uma consulta, procurar os serviços e saber utilizar os serviços”</i></p> <p>A nível de gestão financeira, as jovens recebem mensalmente um valor de acordo com a idade da jovem e são elas que gerem, claro que gerem sempre com ajuda de um técnico, de forma a fazerem uma gestão financeira, para que depois no futuro essa gestão seja feita da melhor forma possível.</p> <p>E.7- A resposta vai de encontro à E.6, cada jovem tem o PSEI e cada plano é devidamente individualizado, o objetivo é adquirirem competências para depois lá fora comecem a desenrascarem-se sozinhas, revela também que as competências não são só trabalhadas “ (...) isto não vem só nos que estão para sair nós começamos a trabalhar isto com antecedência por exemplo tratar do cartão de cidadão, fazer umas compras, ir ao médico (...) claro que ao médico nunca vão sozinhos aos 14 anos, mas por exemplo fazer um cartão de cidadão poderão ir (...)” ou seja é um trabalho realizado desde o momento que entram na instituição, e quando entram é-lhes designada uma madrinha que ajuda a jovem mais nova a conhecer a rotina, bem com a ajuda que precisar “ (...)”</p>
--	--	--	--

			<p><i>por exemplo às compras uma vez, da próxima vez ela conseguir ir sozinha pronto e é assim que vamos trabalhando as competências.”</i></p> <p>E. 8- “ (...) há jovens que têm família portanto o que se espera é que eles mais cedo ou mais tarde sejam integrados no meio familiar, e temos outros que têm de ir para a autonomia porque não têm nenhuma retaguarda (...) nós temos uma casa fora que ou seja quando eles saem têm possibilidade de ficarem aqui num quarto estão fora, mas acabam por estar cá dentro, pagam uma renda simbólica, é como se fosse um apartamento de autonomização (...) quando elas saem nem todas ficam na casa que nós temos aqui, mas há muitas delas que sim que têm essa possibilidade de ficarem aqui pertinho, nos primeiros meses pagam uma rede simbólica até que acabam por sair”</p> <p>E. 9- “ (...) Nós temos um plano o projeto de vida e depois o PSEI é avaliado todos os anos e reestruturado todos os anos de acordo com o patamar que elas vão alcançar (...) no caso das meninas que estão de saída (...) nós (...) vemos o percurso escolar delas, portanto se for uma</p>	<p><i>temos por muito hábito atribuir uma madrinha à menina que vem de novo, uma menina do grupo não é, que está há mais tempo atribuímos-lhe uma madrinha, no sentido de não é fazer as coisas mas ir ensinando e ir mostrando os hábitos delas cá em casa, e essa madrinha tem esta função, ir com ela por exemplo às compras uma vez, da próxima vez ela conseguir ir sozinha”</i></p> <p>E. 8. A entrevistada não revela o nome dos planos apenas refere indiretamente que têm o plano de reintegração familiar e o plano de autonomização “ (...) há jovens que têm família portanto o que se espera é que eles mais cedo ou mais tarde sejam integrados no meio familiar, e temos outros que têm de ir para a autonomia porque não têm nenhuma retaguarda (...)”. Uma característica da instituição mencionada pela entrevistada é o fato de dentro da instituição haver uma espécie de um apartamento de autonomização “ (...) quando eles saem têm possibilidade de ficarem aqui num quarto estão fora, mas acabam por estar cá dentro, pagam uma renda simbólica, é como se fosse um apartamento de autonomização (...)” assume também que muitas delas saem logo da instituição, não permanecendo nesse apartamento.</p> <p>E. 9- Assume a elaboração do Projeto de Vida e do PSEI que é avaliado todos os anos, a entrevistada assume que quando as meninas pretendem ingressar na universidade, fazem com elas a candidatura à universidade, ajudam na procura de residência, da bolsa, e enquanto estes assuntos não tiverem resolvidos, as jovens mantêm-se na instituição, após os assuntos estarem</p>
--	--	--	---	--

		<p>situação que estejam a fazer a candidatura à universidade nós fazemos candidatura à universidades procuramos residências com elas fazemos candidatura à bolsa de estudo enquanto não têm as coisas todas tratadas e não têm suporte mantém-se na instituição após a situação da bolsa tratada e do alojamento vão então para a transição do alojamento estudantil depois feito também antes deles saírem ali uma adaptação em termos de gestão de economia portanto fazem compras do dia-a-dia compras dos alimentos para preparar refeições, produtos de higiene pessoal (...) fazer competências em termos de bens pessoais de roupa, calçado, ver qualidade de preço se justifica ou não comprar, a questão de autoestima em termos de trabalho também por causa do estar correto, ou não estar correto daquilo que têm de comprar (...) procura de casa no caso de integração no mercado de trabalho fazemos a preparação para a entrevista, elaboração de currículos com elas, preparação de como elas se podem comportar o que devem dizer e o que não devem dizer na entrevista depois a forma como se devem apresentar em termos de vestuário quando elas são integradas no mercado de trabalho normalmente às vezes acontece uma questão de segurança delas, nós vamos acompanhar mas não estamos presentes na entrevista é só mesmo de suporte e depois nessa situação se elas ficarem empregues também ajudamos na procura de habitação de acordo com o vencimento que elas vão tendo e fazemos um esquema de gestão económica de gestão doméstica, com o que tem de pagar de renda, de luz se tem despesas de saúde de telemóvel, alimentação se têm ou não de comprar e quando vão mais ou menos gastar, fazemos assim uma estimativa com elas, depois ainda na habitação também fazemos outra coisa que é o arrendamento jovem, pronto a candidatura na porta 65 também fazemos isso com elas, pronto o senhorio tem que passar recibo é uma das condições, contrato de arrendamento, se tem ou não matriz e caderneta predial ensinamos como elas têm de ver porque a primeira candidatura que fazemos com elas mas depois numa segunda elas têm de fazer submissões consecutivas ou se quiserem mudar de casa têm de fazer as alterações à candidatura portanto fazemos essas coisas todas com elas, fazemos também bancos, tudo o que é em termos bancários, saúde, ação social, mudança de moradas, como é que têm de fazer como é que não têm de fazer, a escola pronto essa é feita a integração, pronto é um plano grande em termos de hospitais mostramos também como elas têm de fazer por causa da questão se passam a trabalhar no final do ano têm de fazer IRS e como é que se faz, fazemos com elas pedidos de senhas, segurança social direta, do IRS também do portal das finanças inclusive o portal da saúde há assim uma intervenção com elas dependendo de caso a caso mas basicamente é isso que fazemos a base da integração.”</p>	<p>resolvidos aí sim deixam a instituição e passam a viver no alojamento estudantil, antes dessa saída há um trabalho de competências a ser realizado “ (...) antes deles saírem ali uma adaptação em termos de gestão de economia portanto fazem compras do dia-a-dia compras dos alimentos para preparar refeições, produtos de higiene pessoal (...) fazer competências em termos de bens pessoais de roupa, calçado, ver qualidade de preço se justifica ou não comprar, a questão de autoestima em termos de trabalho também por causa do estar correto, ou não estar correto daquilo que têm de comprar (...)”.</p> <p>Quando as jovens pretendem ingressar no mercado de trabalho é desenvolvido um trabalho de preparação para a entrevista, a criação de um currículo, o que devem ou não devem falar durante uma entrevista, se a jovem ingressar no mundo do trabalho, as educadoras sociais ajudam na procura da habitação segundo os vencimentos e é feito um esquema onde são apresentados os gastos possíveis que estão irão ter “ (...) com o que tem de pagar de renda, de luz se tem despesas de saúde de telemóvel, alimentação se têm ou não de comprar e quando vão mais ou menos gastar, fazemos assim uma estimativa com elas”, também recorrem a candidaturas na Porta 65 para que estas jovens tenham uma habitação, por último ainda refere mais algumas competências a serem trabalhadas em diversas áreas, como a saúde, ação social, como fazer o IRS, pedidos de senhas entre outros.</p> <p>E. 10- Existe o PSEI que têm sempre em cota as características de cada jovem, descreve também sucintamente quais os projetos elaborados e em funcionamento</p>
--	--	---	--

			<p>E. 10- “ (...) nós temos todos os anos elaboramos o PSEI neste caso para cada jovem, menina porque a nossa instituição é de meninas (...) elaborar por exemplo um plano socioeducativo para uma menina de 12, 13 anos é diferente, tem características e objetivos diferentes de uma jovem que tem 17 anos por exemplo e está a meses de se autonomizar, portanto são projetos completamente diferentes, ao elaborá-los temos sempre em conta as características de cada jovem claro isso é óbvio (...) há o projeto onde promovemos a autonomia da jovem, há um projeto em que trabalhamos a situação escolar da jovem, há outro projeto em que trabalhamos com a família e há outro projeto que incide só sobre as competências delas, há outro projeto que avalia e vai trabalhando o acompanhamento psicológico que é feito esse ano, o acompanhamento médico que é feito à jovem durante esse ano, com as várias entidades externas portanto tudo isso é trabalhado por exemplo ao nível de autonomia (...) A ideia é sempre melhorar aquilo que é definido durante 1 ano, melhorar para que no ano seguinte os objetivos sejam mais difíceis, difíceis no sentido de melhorar as competências delas”</p> <p>E. 11- “ Existe o Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI), do qual fazem parte os projetos de intervenção de natureza diferente e onde constam as estratégias a desenvolver para a prossecução dos objetivos estabelecidos”</p>	<p>na instituição como o projeto em que promovem a autonomia, outro relacionado com a situação escolar, um outro trabalho efetuado com a família, outro apenas incide nas competências das jovens, o projeto de acompanhamento psicológico, acompanhamento médico todos estes projetos são trabalhados a nível de autonomia.</p>
	Elaboração dos Planos	<p>E. 1- “Essa questão vai-lhe poder responder muito melhor a assistente social e as educadoras porque, embora eu supervisione são elaboradas por elas, são as gestoras do projeto no fundo, é a equipa técnica toda (...)”</p> <p>E. 3- “ (...) sendo que são 40 quem está a desenvolver esse tipo de planos é essencialmente a nossa psicóloga, pronto quer ao nível do trabalho de grupo quer ao nível individual, depois dentro das rotinas e da realização das tarefas mais práticas do dia-a-dia, que comportam obviamente o trabalho para a questão de autonomia, da equipa educativa, portanto aquilo que se pressupõe, é que dentro do plano individual de cada uma delas, elas adquiram essas competências (...)”</p> <p>E. 4- “ (...) plano socio educativo individual é elaborado para cada jovem, (...) acordo e atenção o projeto de vida que está delineado é feito pela técnica de serviço social e pela educadora social, os processos estão repartidos pelas duas educadoras sociais, com a técnica de serviço social,</p>	<p>E. 1- Revela que apenas supervisiona os planos, quem os constrói é a equipa técnica composta pela assistente social e educadoras.</p> <p>E. 3- O desenvolvimento dos planos de intervenção são desenvolvidos pela psicóloga, esses planos quando são aplicados envolve um trabalho de equipa e cooperação em conjunto de toda a equipa técnica.</p> <p>E. 4/ E. 5- Estes entrevistados revelam que os planos são elaborados por toda uma equipa tendo em conta o projeto de vida.</p>	

		<p>e depois de acordo, lá está, com o projeto de vida são delineadas algumas ações a nível de saúde, a nível de educação, a nível de autonomia, a nível da autonomização (...)"</p> <p>E.5- "(...) sim é um trabalho de equipa (...)"</p> <p>E.6- "(...) os planos são sempre baseados nas competências que as jovens já têm, já evidenciam, das capacidades que ela tem (...)"</p> <p>E.7- "(...) estes planos são elaborados através da educadora, a gestora de caso, a menina, nós temos uma psicóloga que é gestora de caso, e temos outra psicóloga que só é psicóloga ou seja quando a menina é dessa psicóloga, essa psicóloga também entra, e depois claro que os PSEIS são trabalhados a todos os níveis a níveis de saúde, de educação de autonomização e pronto e vamos, organizando vamos juntando todas as informações a nível de saúde, de escola e é formado esse projeto"</p> <p>E.8- "(...) pela gestora de caso, cada grupo tem a educadora de referência"</p> <p>E.9- "Sempre com o educador de referência, psicóloga que acompanha a jovem e o gestor de caso e também claro que a jovem que é implicada e ocasionalmente com a família ou com alguém de retaguarda porque depois faz-se aqui um encaminhamento porque há crianças, há jovens que quando saem regressam à família (...). É sempre a elaboração em conjunto, depois vai-se revendo porque há coisas que nós vamos fazendo os objetivos mas às vezes têm de ser ajustados porque imaginemos a jovem entra na faculdade então se não entrou porque não teve média mas então vamos passar ao caso seguinte que será procura ativa de trabalho ou então vamos fazer melhoria de notas mais a procura ativa de trabalho, depois aí vamos vendo o plano de acordo com a situação da jovem na altura."</p> <p>E.10- " São elaborados no início do ano letivo, com todos os intervenientes que acompanham o processo da jovem e depois são avaliados portanto semestralmente, no final do ano fazemos uma avaliação global em conjunto com os técnicos envolvidos no projeto e</p>	<p>E.6. A entrevista aqui não respondeu objetivamente á pergunta apenas respondeu que esses planos são feitos tendo em conta as capacidades de cada jovem.</p> <p>E.7. Os planos são elaborados pela educadora, a gestora de caso, a jovem, e a psicóloga. Nesse plano é trabalhado diversos níveis, a níveis de saúde, de educação, de autonomização sempre em articulação com a escola e em termos de saúde.</p> <p>E.9- Alude que os planos são elaborados pelo educador de referência, a psicóloga, o gestor de caso e por vezes a família pode entrar nesse plano dado que algumas jovens podem voltar à sua família de origem. Este plano é sempre feito em conjunto e é sempre revisto dado que os objetivos podem não ter sido cumpridos e aí já têm de criar outro objetivo como por exemplo "(...) a jovem não entra na faculdade então se não entrou porque não teve média mas então vamos passar ao caso seguinte que será procura ativa de trabalho ou então vamos fazer melhoria de notas mais a procura ativa de trabalho, depois aí vamos vendo o plano de acordo com a situação da jovem na altura."</p>
--	--	---	---

			<p><i>discutimos quais foram os avanços, retrocessos e quais são os objetivos definidos para o ano seguinte.”</i></p> <p>E. 11- <i>“São elaborados pela equipa técnica e educativa. Começa-se por definir um Projeto de Vida, que acaba por ser a construção da identidade da jovem. Implica planear o seu futuro, refletindo constantemente, efectuando um exercício mental de previsão, como forma de preparação para assumir autonomamente a direção do seu futuro e a criação de condições que promovam nela um comportamento pró-ativo (...) Os projetos desenvolvidos visam garantir o bem-estar e desenvolvimento integral da criança/jovem. Neste sentido procura-se, por um lado, dar resposta a todas as necessidades evidenciadas em termos de educação, saúde e lazer e, por outro lado, garantir o contacto com a família ou com pessoas de referência, sempre com a perspectiva de que a criança/jovem consiga uma estrutura emocional que, progressivamente, lhe permita ser mais autónoma. Tudo isto dá origem ao PSEI.”</i></p>	
	<p>Dimensões relevantes na ótica do entrevistado para uma transição de uma vida autónoma</p>	<p>Vida social;</p> <p>Escola e Trabalho;</p> <p>Construção de identidade;</p> <p>Integração no mundo laboral;</p>	<p>E. 1- <i>“Nós aqui trabalhamos mais essas vertentes todas embora com alguma dificuldade porque são 40 raparigas e daí nós não temos, sendo que neste contexto com 40 é muito difícil esse tipo de trabalho (...)”</i></p> <p>E. 2- <i>“questões da integração social da convivência e do quer do cumprimento de regras, perceber como é que são... a forma de estar e de comportar em diferentes ambientes também vamos tentando chamar um pouco a atenção para esses aspetos, e depois dimensões talvez todas as outras que fui falando (...) para depois elas conseguirem autonomamente criar relações com outras pessoas, até pronto, lá está ao nível inter-relacional, para que consigam perceber a quem eu posso confiar a quem eu não devo, como é que eu devo fazer, é um pouco a esse nível, portanto tudo o que tenha a ver com relações interpessoais, isto no que quer dizer portanto em relação ao futuro, é as relações interpessoais, gestão financeira, voltamos ao mesmo, gestão doméstica, tudo, essas dimensões são muito importantes de relações (...) construção da identidade é fundamental e é aí que é sempre um bocadinho difícil porque depois temos sempre o peso quer, no meio quer por exemplo também do carácter individual de cada uma, a personalidade individual de cada uma”</i></p>	<p>E. 1- A entrevistada não respondeu objetivamente à pergunta efetuada, revelando apenas que trabalham estas dimensões na instituição, não revela a sua opinião. Mas revela que a quantidade de jovens acolhidas é em demasia, o que não dá possibilidade de acompanhamento individualizado</p> <p>E. 2- Revela que considera todas as dimensões importantes para uma autonomia de vida, revela também que a construção de identidade é considerada uma dimensão extremamente difícil dado que muitas das jovens que se encontram ali institucionalizadas, cada uma tem a sua personalidade, o seu feito e a cada uma tem a sua história de vida, na ótica desta entrevista.</p>

			<p>E.3- <i>Não é uma pergunta fácil porque cada situação é cada situação, e todas elas têm características muito particulares, há jovens cujo a área mais importante a ser trabalhada é a questão da gestão financeira e econômica, outra doméstica, à outras questão inerentes e que secalhar a situação emocional e gestão emocional são mais importantes, pronto cada situação também depende da jovem e das suas necessidades (...) aqui no lar aqui elas têm acesso às coisas de forma facilitada, não é e quanto eu estou a falar em coisas é do dia-a-dia, rotinas, à roupa, à comida, a um fundo de maneiio que elas precisem imagine, precisam para o autocarro, elas têm uma mesada e depois há aqui uma gestão ao nível com as educadoras, pronto e muitas vezes quando saem daqui essa é a maior dificuldade que sentem não é, é chegarem lá fora e perceberem que precisam de se dirigir a determinado sítio que isso comporta custos, que porque efetivamente não estão habituadas a isso (...) a questão emocional e o fato de muitas delas não terem apoio de retaguarda acaba também ser difícil e criar outras dificuldades em elas se integrarem bem e conseguirem ter resultados, nessa autonomização (...)</i></p> <p>E.4- <i>(...) eu acho que são todas, sim, sim, acho que todas são muito importantes, porque só um todo é que se faz realmente esta ponte para a preparação, efetivamente a saída com sucesso, porque se houver aqui, se for uma questão de gestão doméstica que falhe, da gestão financeira, claro que isto vai trazer lacunas no seu processo de autonomização que nós pretendemos aqui é que não aja, que as lacunas sejam as menores possíveis e que se resolvam facilmente (...)</i></p> <p>E.5- <i>(...) considero todas importantes, eu não consigo dizer que há uma mais importante do que outra (...) uma forma prática, obviamente que é a vida profissional porque permite ter uma autonomia ao nível financeiro, mas depois tenho-me vindo aperceber que mais do que isso primeiro elas têm que ter a nível, têm de ter uma estrutura emocional para poderem serem elas agora a dar o passo, sem estar ninguém por trás a dizer agora vais para a esquerda, agora vais para a direita, porque elas de alguma forma são, aqui estão muito protegidas, e acabam por qualquer coisa “ai como é que se faz?”, “como é que?”, porque elas não fazem, não fazem refeições, elas não vão ao médico por autonomia, está doente alguém as leva ao médico, dói qualquer coisa, a refeição é-lhes posta no prato (...) mas elas aqui são, muito, acabamos por as proteger, demasiado, e elas têm muito receio portanto acho que a parte emocional, o estarem bem, e se sentirem seguras, para poderem “epah eu consigo!” obviamente com o nosso apoio mas não terem esse receio, elas têm muito receio que é legitimo.</i></p>	<p>E.3- Quanto às dimensões relevantes para esta entrevista, esta revela que é difícil responder dado que “ (...) cada situação é cada situação (...)” dá o exemplo que em algumas crianças a questão financeira é a mais importante, a outra criança já pode ser a nível de gestão doméstica, a entrevistada também revela que o lar “facilita” o acesso a vários serviços e a diversas coisas, depois quando saem da instituição “ (...) essa é a maior dificuldade que sentem não é, é chegarem lá fora e perceberem que precisam de se dirigir a determinado sítio que isso comporta custos, que porque efetivamente não estão habituadas a isso”, o fato também de depois lá fora não terem um apoio para as acompanhar pode levar dificuldades a nível da integração.</p> <p>E.4/ E.5- Ambas as entrevistadas revelam que todas as dimensões são importantes a E.4 assume que ambas as dimensões estão interligadas entre si, se uma não corre da melhor forma possível, vai fazer com que traga consequências a outro nível. A E.5 além de dizer que são todas importantes, a via profissional é a que merece mais destaque porque permite uma autonomia financeira, mas para terem sucesso a nível profissional, primeiro é preciso ter uma estrutura emocional capaz de suportar a “vida lá fora”, “ (...) sem estar ninguém por trás a dizer agora vais para a esquerda, agora vais para a direita, porque elas de alguma forma são, aqui estão muito protegidas (...)”, conseguem ter um acesso facilitado, já a E.3 também revelou essa facilidade, a entrevistada conclui que esse trabalho tem de ser feito com o apoio da equipa técnica.</p>
--	--	--	--	--

		<p>E.6- “ (...) procuramos sempre que os nossos jovens tenham uma rede social, uma rede de amigos, algum suporte que é “eu não sei agora o que fazer, agora agarro no telefone e tenho alguém a quem ligar” daí a vida social ser importante em relação escola/trabalho nós procuramos sempre que a escola seja uma mais-valia para o desempenho de uma profissão no futuro, porque estas jovens vão ter que se sustentar provavelmente não vão poder contar com mais ninguém então vão ter que ter uma profissão, para ter uma profissão vão ter de estudar fazem o seu percurso escolar nesta casa, lá fora sempre em função daquilo que gostam e daquilo que projetam em termos do seu futuro, a maioria das nossas jovens acabam por escolher cursos vocacionais e profissionais (...) não podem pensar integrar-se na sociedade sem que aja dinheiro para pagar as suas despesas, não podem pensar que não têm dinheiro se não existir trabalho porque se pensarem de outra forma as coisas podem correr mal, e de uma instituição parar a outra e não é isso de todo que se pretende (...) a construção de identidade que é “de onde eu vim, para onde vou e quem eu sou no meio disto tudo? Porque é que eu não tenho o apoio o suporte de mais ninguém e tive o apoio, o suporte destas pessoas?” “ Eu sou a pessoa que não recebeu carinho, não recebeu afeto como é que eu vou aprende-lo a receber? Como é que eu vou receber? Como é que posso proteger das pessoas lá de fora?”. Isto é uma questão muito sensível mas é uma questão fundamental que é, eu costumo dizer que é importante que elas saiam daqui com uma estrutura para aguentar o embate lá fora, em que a estrutura pode abanar porque ela neste momento abana muito e é muito frágil, mas lá fora vai ter de aguentar os sopros dos ventos e vai ter que saber no fundo essa construção de identidade passa muito por saber, quem eu sou? E o que eu quero! Porque se eu souber aquilo que eu quero, quais são os meus objetivos nada me vai abalar (...) a integração no mundo do trabalho nós fazemos um acompanhamento de estágios e para além disso nós temos muitas meninas que têm saído já integradas no mundo laboral, nós ajudamos a fazer currículos, preparamos para a entrevista, damos informações sobre a procura ativa de emprego, porque é uma lacuna que existe, a escola prepara para uma profissão, mas não provavelmente prepara como é que vou procurar emprego, o emprego não nos vem bater à porta de casa, sair, procurar e nós trabalhamos isto com elas depois de estarem integradas no mundo laboral nós fazemos um acompanhamento de como está a ser, como não está, até junto da entidade patronal, não numa tentativa de controlo, mas numa tentativa de contextualização, a entidade patronal recebe uma jovem que está acolhida se calhar convém também saber qual é esta realidade e saber o que pode esperar daquela jovem e perceber que se houver alguma coisa que nós podemos fazer para agilizar para ajudar, nós estamos</p>	<p>E.6- A entrevistada abordou todas as dimensões assumindo indiretamente que todas elas são importantes. Rede Social- a equipa tenta sempre que as jovens tenham uma rede social de amigos que possam suportar e ajudar quando houver alguma necessidade da jovem; Escola/ Trabalho- tentam sempre inculcar o valor da escola dado que a escola depois permite o desempenho de uma profissão dado que as jovens têm de se sustentar sem contar com mais ninguém, revela que a maioria das jovens opta por cursos profissionais e vocacionais dado que é um percurso que permite a entrada mais fácil e rápida no mercado de trabalho; Construção de Identidade- para esta entrevistada na opinião dela é a dimensão mais importante “ (...) “de onde eu vim, para onde vou e quem eu sou no meio disto tudo? Porque é que eu não tenho o apoio o suporte de mais ninguém e tive o apoio, o suporte destas pessoas?” “ Eu sou a pessoa que não recebeu carinho, não recebeu afeto como é que eu vou aprende-lo a receber? Como é que eu vou receber? Como é que posso proteger das pessoas lá de fora?”. Na opinião da entrevistada é fundamental que estas jovens saiam da instituição com uma estrutura emocional forte de modo aguentar o embate lá fora, dado que a estrutura delas é muito frágil, e se elas souberem quem elas são e o que querem nada vai afetar a sua estrutura;</p>
--	--	--	--

		<p><i>disponíveis para isso, e depois são as questões burocráticas na integração num mundo do trabalho, o que é que é isto dos recibos verdes, o que é isto de um contrato de trabalho, o que é que é isto de uma baixa, o que é que é isto de uma licença sem vencimento, chegar ao final do ano e fazer IRS, todas estas questões são trabalhadas aqui dentro daquilo que nós é possível trabalhar”</i></p> <p>E.7- <i>“(...) não são todas as meninas por atingir um certo nível de uma certa idade e um certo nível profissional ou de estudo que está preparada para a autonomização eu acho que preparadas, preparadas nunca estão, nunca estamos mas isso até nós em nossa casa com os nossos pais não estamos não é, mas nós tentamos que elas estejam o mais preparadas possíveis e que elas estejam mais próximas da realidade para quando saírem não haver aquele (...) nós estamos aqui para as proteger e ajudá-las e tudo mais por isso esta saída, esta ajuda é para elas não baterem logo de cabeça às vezes não acontece não é, mas nós queremos e acho que estão preparadas minimamente para tudo aliás nós vamos tendo conversas por exemplo eu neste momento sou educadora das mais velhas e nós vamos tendo conversas para que elas vão percebendo e conto coisas que me acontecem a mim, ou amigos meus para elas perceberem que as coisas não são fáceis (...)</i></p> <p>E.8- <i>“A formação é muito importante a maior parte das nossas meninas acabam por fazer cursos profissionais e depois acabam por entrar nessa mesma área, a maior parte delas até faz cursos mais do ramo da restauração pronto e é por aí”</i></p> <p>E.9- <i>“Eu acho que é o global porque nós somos um todo não é o importante é que estas meninas até saírem consigam adquirir competências e uma resiliência e uma capacidade para quando são colocadas nesta fase final do seu processo consigam olhar para isto não como um problema enorme mas como “okey é mais uma etapa que eu tenho, é um caminho que eu tenho de fazer para chegar a um determinado sitio” (...) portanto acho que não há uma área específica é um todo e acima de tudo que elas estejam bem com elas próprias, a questão da saúde física e mental porque só isso é que é possível seguir um bocadinho com a vida em frente, portanto não há assim uma dimensão que seja mais importante é um todo, estão todas ligadas, porque aliás se elas começam, se o trabalho falha a questão financeira falha há uma questão muito grande porque estas meninas quando veem para a instituição vêm com uma determinada problemática mas aqui são supridas muitas necessidades e não são só as económicas e de bem-estar que são asseguradas, é a parte psicológica quando saem parece que há</i></p>	<p>Mundo Laboral- fazem um acompanhamento de estágios, preparam com elas entrevistas, refere também que a escola prepara para uma profissão, mas não prepara como é procurar um emprego, quando já estão empregadas fazem um acompanhamento junto da entidade patronal, no sentido de esta conhecer e saber qual a realidade desta jovem e o que pode esperar dela.</p> <p>E.7- Não respondeu à pergunta fez apenas referência que muitas das jovens acolhidas não é por terem uma idade, ou um percurso profissional que estão preparadas para a autonomização. Revela também as protegem e ajudam as jovens em tudo o que poderem alertando também para os inconvenientes de uma vida lá fora.</p> <p>E.8- Salaria que a formação é a mais importante e reforça a ideia que as jovens optam por cursos profissionais a maioria do ramo da restauração.</p> <p>E.9- Assume que todas as dimensões são importantes, as dimensões são vistas como um “todo”, na opinião da entrevistada desde que elas estejam bem com elas próprias, a nível de saúde física e mental e que tenham uma vida profissional é essencial, revela também que se o trabalho falha, todas estas dimensões também falham. A entrevistada refere as relações das jovens com a instituição e como a equipa como vinculações seguras, vinculações essas</p>
--	--	--	--

			<p>aqui uma perda, e elas têm de fazer este luto (...), porque tem de haver esta autonomização que é uma vinculação segura porque se não for, uma vinculação segura elas estão sempre “será que gostam, será que vão lá estar quando eu precisar” e isso elas sabem que independentemente de não estarem aqui connosco sabem que podem ligar e podem contar connosco”</p> <p>E.10- “(...) eu acho que são todas nós como casa e acolhimento tentamos para que aja essa transição para a autonomia de vida tentamos até lá para que aja essa transição tentamos trabalhar todos os aspetos ou seja a nível formativo, durante o acolhimento tentar inculir sempre à jovem quanto mais formação conseguir ela ter melhor, por vezes ajudamos as jovens a nível de integração no mercado e trabalho, temos sempre a socialização com outras entidades externas à casa para elas saberem estar em grupo, para saberem estar com outras pessoas, para a vida das nossas jovens não se resumir só a escola, e instituição, para terem outros conhecimentos e saberem como as coisas funcionam (...)”</p> <p>E.11- “Considero todas as dimensões de grande importância, pois só depois de todas elas trabalhadas, o jovem conseguirá transitar para uma vida autónoma de forma mais segura. Necessita de conhecimento e preparação a todos os níveis”</p>	<p>que depois se mantém mesmo após a institucionalização.</p> <p>E.10- Concorda que são todas importantes, incute sempre que a formação é importante, ajuda a nível de integração no mercado de trabalho, articulação a nível de socialização com outras entidades para que estas jovens saibam estar em grupo e se mantenham ocupadas com outras coisas sem ser escola-casa.</p>
Integração	Estratégias Usadas para a Integração Social	Efeitos Positivos e Negativos	<p>E.1- “(...) se o processo decorrer de forma normal como definido temos conseguido, e sim nesses casos temos tido sucesso, se o processo não for tal como foi definido e muitas vezes o jovem acaba por boicotar um bocadinho o que está definido (...) quando chega a uma determinada altura e acham que querem ir embora, aí quase todas as situações são de insucesso, mas quando não temos tido bastante casos de sucesso e é possível porque já saíram daqui muitas jovens, com emprego, casa e é esse o nosso objetivo é que tenham, é que consigam ser autónomas e é possível assim o queiram e não é só o queiram às vezes é preciso que tenham estrutura mental para isso porque neste momento temos aqui um problema acrescido, temos aqui muitas jovens com algumas limitações que não poderão nunca ser autónomas (...), há aqui muitas miúdas com muitas limitações que talvez se aprendessem a fazer qualquer coisa, embora algumas não mostrem interesse nem capacidade mas conseguissem aprender a fazer qualquer coisa e não é depois dos 18 ou 19 anos que vão aprender é necessário muito antes, talvez conseguíssemos uma integração diferente... (...) há aqui gente que vão estar sempre dependente de ajudas de terceiros, não tem capacidade para, e isso é um dos problemas com que nos estamos a debater agora, porque temos várias situações dessas com grandes dificuldades de</p>	<p>E.1- Quando os processos correm de forma “normal” as estratégias usadas foram bem sucedidas, se esses processos não correram de forma normal trás consequências para as jovens que saem por autonomia, muitas das jovens saem antes do projeto de vida ter sido alcançado, as que ficam e saem com o projeto de vida alcançado conseguem ter mais sucesso na sua autonomia. A entrevistada revela que naquela instituição “(...) temos aqui muitas jovens com algumas limitações que não poderão nunca ser autónomas (...)”, se as jovens que se encontram com limitações mostrassem interesse e capacidades para aprender a fazer algo talvez a integração corresse da melhor forma possível, muitas das vezes não depende só destas jovens mas sim dos apoios que são</p>

			<p><i>aprendizagens e de limitações com um défice cognitivo muito baixo e que aqui é que é um grande problema (...)</i></p> <p>E.2- <i>“(...)Continuam a existir dificuldades, daquilo que tenho vindo aperceber-me também temos que persistir e insistir eu costumo utilizar muito estes termos para que elas realmente venham a surtir cada vez mais efeitos positivos, nós temos uma rapariga que está na eminência de sair, ela até já alugou uma casa e tudo, já tem a maioria das coisas, até já está a trabalhar, e com essa rapariga por exemplo, nós estamos a trabalhar muito a transição, o fato de quando ela sair daqui, pois olha vais ter que ter isto, isto aquilo, uma série de coisas em atenção e é aí nesse aspecto o trabalhar a transição é mesmo, muito importante e parece que está a ter um efeito positivo satisfatório, nas outras a seu tempo o dirá.”</i></p> <p>E.4- <i>“(...), eu acho que trazem efeitos positivos, é assim todas elas, é assim todas estas atividades, estas orientações todas que são dadas, todas elas trazem os seus frutos, evidentemente que há jovens que têm mais capacidades que outras, há jovens que estão, que são mais resilientes, que outras e portanto isso depois depende de cada uma de como é que ela, cada uma por si vai utilizar estas aprendizagens, e estas informações, agora claro que elas são todas benéficas, mas fica secalhar a 80% outras secalhar a 90%, mas fica sempre e isto é que é o importante, e por isso é o que fazemos, porque sabemos que alguma coisa fica, e em muitas fica bastante e isso vê-se pelo sucesso que vamos tendo com alguns casos.</i></p> <p>E.5- <i>“(...)Eu acho que têm surtido efeito positivo, todas as meninas, as jovens que saem daqui, porque é assim elas têm 18 anos e no dia a seguir, ou no mesmo dia que fazemos os 18 querem ir embora por livre e espontânea vontade, por mais que a gente tente dissuadir de explicar, pronto, e geralmente corre mal, mas outras situações em que as meninas já saíram daqui, olhe vou começar a preparar a minha saída, a minha autonomia como é o caso que temos estado a fazer, geralmente até agora tem corrido bem até estávamos a falar de uma situação de uma menina que já saiu há muitos anos, e que tem as suas limitações não é, algumas limitações, mas conseguiu emprego na Santa Casa de Misericórdia como auxiliar e está ali há anos e tem a sua casa, e consegue pagar as suas contas, vem aqui ao lar montes de vezes e opah como há outras situações e felizmente as que saem com os pés bem assentes e com a nossa ajuda, as coisas geralmente até agora têm corrido bem, agora as que saem assim um bocadinho “quero sair agora</i></p>	<p>fornecidos a nível educacional e profissional.</p> <p>E.2- Na ótica da entrevistada só o tempo dirá se as estratégias usadas irão surtir o efeito desejado.</p> <p>E.4- Revela que as estratégias surtiram o efeito positivo embora umas jovens consigam interiorizar mais capacidades do que outras.</p> <p>E.5- A resposta da entrevistada vai ao encontro da E.1, dado que esta também revela que “ (...) assim elas têm 18 anos e no dia a seguir, ou no mesmo dia que fazemos 18 querem ir embora por livre e espontânea vontade, por mais que a gente tente dissuadir de explicar, pronto, e geralmente corre mal (...)” já as jovens que têm a autonomia planeada conseguem ter sucesso mais duradouro como a entrevista exemplifica “ (...) uma menina que já saiu há muitos anos, e que tem as suas limitações não é, algumas limitações, mas conseguiu emprego na Santa Casa de Misericórdia como auxiliar e está ali há anos e tem a sua casa, e consegue pagar as suas contas, vem aqui ao lar montes de vezes”</p>
--	--	--	--	---

		<p><i>porque é aquela”, elas usam muito uma expressão “quero a liberdade” (...).”</i></p> <p>E.6- “ (...) temos tido um grande um numero significativo de jovens que até se têm autonomizado, (...) à um bocadinho ligou-me uma jovem que se autonomizou, a irmã ainda cá está, está a trabalhar e estava a solicitar que a irmã fosse jantar com ela e então isto foi uma transição bem-sucedida, houve dificuldades? Claro que sim, ninguém sai, tal como nós no sentimos quando saímos de casa dos nossos pais, ninguém sai de um núcleo protegido para um núcleo desprotegido por assim dizer temos algumas dificuldades, à dúvidas, inseguranças, à incertezas, faz parte do crescimento agora nós queremos acreditar que elas estão preparadas para enfrentar essas dificuldades (...) conseguem organizar portanto acho que nós temos feito um trabalho positivo, um trabalho que às vezes quando elas saem não o reconhecem, mas quando estão lá fora e se vão lembrando daquilo que nós fizemos vai-se, então sim acho que de uma forma geral é positivo”</p> <p>E.7- “ (...) nós às vezes temos muitas dificuldades em fazer isso aqui, porque elas não querem lá está, como veem muito tarde às vezes para a instituição acabam por não estão habituadas a fazer certas coisas não é, acaba por não ser fácil nós trabalharmos aqui com elas porque é assim, eu costumo dizer que nós temos aqui 2 ou 3 tipos de meninas que são, as que, há meninas que vêm para aqui porque os pais não têm capacidades não é, há outras que vêm para aqui porque ao fim ao cabo quiseram, trabalharam para isso quando são comportamentos desviantes, e depois temos aquelas que querem combater isso, querem ter uma vida melhor querem dar a volta e até algumas e pronto lá está temos aquelas meninas que chegam e querem dar a volta independentemente que seja trabalhado, a ter um melhor futuro (...) as meninas chegam cada vez mais tarde com cada vez mais hábitos não tão bons porque lá está o faltar à escola, o andar a passear ter namoraditos muito cedo, quer dizer namorados que por vezes são mais velhos do que elas (...) nós podemos ter aqui um plano XPTO para trabalhar com elas não é, dá algum resultado em apenas algumas porque elas não querem fazer, porque é uma seca, é muito difícil, não há regras, algumas vamos conseguindo com alguns reforços positivos, vamos conseguindo levar algumas mas há outra que fica um bocado complicado. Mas pronto é o nosso trabalho.”</p> <p>E.8- “ (...) acho que sim tem corrido bem pelo menos é a minha perspectiva eu não acompanho esse processo porque sou só educadora isso passa mais pela gestora de caso que é a psicóloga e a assistente social.”</p>	<p>E.6- A entrevistada assume que as estratégias têm efeitos positivos, claro que há sempre dificuldades, a entrevistada faz referência e quando as pessoas saem de casa dos pais, “ (...) ninguém sai de um núcleo protegido para um núcleo desprotegido por assim dizer temos algumas dificuldades, à dúvidas, inseguranças, à incertezas, faz parte do crescimento” assume que muitas jovens não dão o devido valor quando se encontram na instituição, mas quando saem dão o devido valor.</p> <p>E.7- A entrevistada começa por revelar que por vezes contam com dificuldades ao trabalhar a autonomização, acresce também o fato de as jovens cada vez mais tarde entrarem nas instituições o que trás com elas já uma bagagem de vivências por vezes já “enraizadas”, o que depois torna difícil o processo de autonomização, mas também confia que algumas raparigas vão conseguindo outras nem por isso, mas que faz tudo parte do trabalho de equipa.</p> <p>E.8- A entrevistada assume que acha que tem corrido bem, mas que não acompanha o processo.</p> <p>E.9- Revela que há a parte positiva e a parte negativa, à autonomizações que correm bem, e há outras que as jovens chegando aos 18 anos querem</p>
--	--	---	---

			<p>E. 9- “ (...) <i>pode haver parte positiva como parte menos positiva, isto porque, porque muitas autonomizações são evidentemente planeadas e programadas mas elas a chegar aos 18 anos às vezes há assim um click pronto e às vezes este click dos 18 anos nalgumas meninas destruturamos e o que acontece é aquilo tudo que estava previsto e planeado para ser executado às vezes cai por terra porque elas não aderem na fase da transição, mas na sua grande maioria em 10 anos que estou aqui as autonomias, quem é mesmo autonomização têm corrido bem pronto depois há aqueles percalços que depois nós não conseguimos controlar tudo, relacionamentos tão desajustados que depois à gravidezes indesejadas, o assumir as responsabilidades parentais isto depois é uma bola de neve mas é fora da instituição”</i></p> <p>E. 10- “ (...) <i>todas elas vão aderindo ao trabalho que nós temos feito com elas não colocam assim adversidades obstáculos é verdade que algumas delas têm mais vontade de o fazer do que outras, é verdade que algumas meninas fazem interiorização para a autonomia (...)”</i></p> <p>E. 11- “ <i>Existem sempre dificuldades, mas quando os jovens se empenham no seu projecto de autonomização e trabalham quando ainda estão institucionalizados para esse objetivo, quando saem as dificuldades são só no início, como por exemplo ter capacidade para gerir os recursos económicos, resolver situações do dia-a dia sem apoio propriamente dito.”</i></p>	<p>interromper o plano, saindo assim da instituição, mas durante o tempo de execução de funções da entrevistada as jovens que entraram na via de autonomização obtiveram efeitos positivos. Revela também que por vezes estas jovens encontram percalços como gravidezes indesejadas, mas isso só já acontece fora da instituição.</p> <p>E. 10- Assume que têm corrido bem as transições.</p>
	Ajuda e Apoio Após a Institucionalização	<p>Ajuda após a Institucionalização</p> <p>Apoio Fornecido</p>	<p>E. 1- “ (...) <i>Sim voltam, com algumas dúvidas, com algumas questões até com bens materiais, na maioria, a maioria mantém uma relação estreita, com a instituição, ainda que não seja para pedir nada, mas para manter informada porque estou-me a lembrar de filhos o virem mostrar, e passarem, sim a maioria tem uma relação muito estreita com a instituição depois da institucionalização (...) nunca deixamos de ajudar, já ajudamos em várias situações, algumas que saíram sem nós querermos não é, mas mesmo assim pronto, nós, no momento em que nós não queríamos que saíssem”</i></p> <p>E. 2- “ (...) <i>Já aconteceu efetivamente e não foi só uma vez, até recentemente uma jovem que fez os 18 anos, vou dar um exemplo mas</i></p>	<p>E. 1- A entrevistada revela que as jovens voltam à instituição, não de forma de acolhimento, mas sim como forma de esclarecer dúvidas, ou questões do dia-a-dia, mostrar a sua evolução quer a nível pessoal, quer a profissional, também revela que nunca deixam de ajudar as jovens, assume também que algumas jovens saem por iniciativa própria conta a vontade da equipa técnica.</p> <p>E. 2- A entrevistada vai de encontro à resposta da entrevista 1, divulga que as jovens voltam sim à instituição, mas</p>

		Ajuda dos Técnicos	<p>também é um pouco transversal, saiu por iniciativa própria não logo aos 18mas talvez um mês mais tarde, saiu e depois teve necessidade de recorrer para procurar ajuda, porque as coisas não tinham de todo corrido bem e depois aqui a equipa do lar contactou e estabeleceu as energias com outras entidades, foram entidades que depois fizeram o acolhimento, para essa mesma jovem, porque aqui já não havia enquadramento, até porque a medida de promoção já tinha cessado pelo facto de ela ter saído, e encaminhou-se a situação, neste momento está acolhida noutra casa (...) nós tentamos sempre ajudar, ver onde é que podemos encaminhar, no caso dessa rapariga foi para uma casa abrigo, até porque ela tinha sido vítima de violência por parte dos familiares, e foi assim uma questão até lhe custa está bastante longe, precisamente por esse motivo para salvaguardar a integridade dela, no caso das outras meninas, que também têm recorrido, por exemplo estou-me a lembrar de outra situação, de outra menina que se autonomizou e que depois às vezes dão muitas coisas aqui para o lar, vamos supor quando fecham um restaurante, dão os pratos, as panelas e essas coisas, e essa rapariga que saiu também veio cá e levou o enxoval quase completo era pratos, panelas tudo”</p> <p>E.3- “ (...) nós quase semanalmente temos uma visita, de uma jovem que já saiu daqui, eu acho que isso é um indicador muito positivo, muito interessante, algumas vêm pedir ajuda, outras apenas para visitar, outras vem-nos mostrar os filhos, que isso é outra coisa que acho que um dia deveria ser estudado, que é nas jovens, do sexo feminino o número de jovens que após a saída da instituição acabam por constituir logo família, engravidar e ter filhos, isto é uma situação muito recorrente e pronto, acontece a uma grande percentagem, mas de fato algumas veem pedir ajuda (...) quando querem arrendar uma casa, nós temos uma jovem que neste momento vai sair, até ao final do mês, e está precisamente a fazer esse trabalho, está a trabalhar, tem um contrato de trabalho há mais de 6 meses portanto já está a conseguir organizar-se em termos monetários para, e já tinha também amealhado aqui algum dinheiro e poupado algum dinheiro, portanto ajudou-se na compra do mobiliário, o enxoval como nós dizemos para ela montar a casa, procurou-se casa com ela neste caso a educadora dela que a acompanhou naquilo que era</p>	<p>também para pedir ajuda, a entrevista confessa um caso que aconteceu na instituição à relativamente pouco tempo uma jovem que saiu por iniciativa própria, ou seja não levou o projeto de vida até ao fim, depois chegou lá fora, voltou a viver com a família, o que não correu bem e a levou de volta ao lar “ (...) depois teve necessidade de recorrer para procurar ajuda, porque as coisas não tinham de todo corrido bem (...)” o lar como não podia acolher novamente, dado que quando estas saem a medida é prorrogável, a instituição estabeleceu contacto com outras entidades de forma a ser acolhida.</p> <p>A entrevistada refere que sempre que seja preciso, a instituição ajuda “ (...) vamos supor quando fecham um restaurante, dão os pratos, as panelas e essas coisas, e essa rapariga que saiu também veio cá e levou o enxoval quase completo era pratos, panelas tudo”</p> <p>E.3- A entrevistada assume que a visita das jovens é um bom indicador e interessante no seu ponto de vista, a resposta vai de encontro à E.1 e E.2 muitas das jovens voltam para visitar, ou para mostrar os filhos, do ponto de vista da entrevistada, esta acha que no futuro deveria de haver um estudo, nas jovens do sexo feminino o número de jovens que após a saída começam a constituir família, engravidar e por fim ter filhos o que é uma situação muito recorrente. A entrevistada assume que na instituição naquele momento à uma jovem a sair pela autonomização e tem sido ajudada pela equipa em relação à procura de casa e enxoval “ (...) procurou-se casa com ela neste caso a educadora dela que a acompanhou naquilo que era necessário</p>
--	--	--------------------	--	---

		<p>necessário como o contrato de arrendamento, o contrato de eletricidade, de água portanto fez-se este acompanhamento”</p> <p>E. 4- <i>“Há muitas que voltam e lá está situações em que veem, por olha sabem que nós também conhecemos, os serviços que é uma grande abertura e às vezes não percebem muito bem como se devem orientar, ou então estão a tentar mas não está a resultar, então deixa-me lá ir ali, e vêm e sabem que há aqui uma porta aberta, por outro lado vêm também para partilhar a sua vida para mostrar, olha comprei isto, adquiri isto, estou a trabalhar aqui, agora vou para ali, vou fazer esta formação, já tenho um filho, tenho o segundo, estas coisas vão partilhando a evolução de vida e claro que para nós isto também é fantástico (...)</i></p> <p>E. 5- <i>“(...) a maioria delas, nem é uma questão de pedir apoio, vêm cá visitar, como é que está, algumas já têm filhos, vêm cá pronto, e outras que nós sabemos que têm mais algumas dificuldades, a diretora liga e “olhe temos aqui...” já aconteceu era um carrinho de bebé ou dois, que nós tínhamos e ligou “olha queres vir buscar?” e isso sim nós tentamos ajudar na medida em que nos é possível, e elas pedem esse apoio nesse sentido, e às vezes “opah passou-se assim como é que eu faço? Como eu vou fazer com esta situação?” a maioria vem, a maioria acaba por ter facebook e pedir amizade, algumas cortaram definitivamente a relação mas isso são muitas, mas a maioria vem aqui, lá está não nesse sentido de pedir ajuda é mais de mostrar os seus sucessos (...) aqui há 3, 4 anos a diretora juntou uma data de meninas que já tinham saído e fizemos assim um grupo, uma tertúlia, até foi no aniversário do lar, para mostrarem o seu sucesso e para explicarem, para elas também dizerem o que sentiram, e que claro que a maioria, o fato de se querer ir embora as coisas não são assim tão simples, “tens razão, nós queremos ir embora mas o mundo lá fora não é fácil”, acabam por assumir mas acho isso importante o fato de haver essa relação com o lar isso é muito bom, é uma coisa muito positiva”.</i></p> <p>E. 6- <i>“(...) Esta casa tem uma política de porta aberta sobretudo com as meninas que são nossas e foram nossas, a nossa prioridade são sempre as meninas que estão acolhidas, essa é a nossa prioridades, mas a nossa porta está aberta para qualquer ajuda que a jovens que saíram desta casa precisem, vamos imaginar o recorrer a um serviço e não saber como o fazer ligam-nos, veem aqui, perguntam-nos (...) há sempre esse tipo de</i></p>	<p><i>como o contrato de arrendamento, o contrato de eletricidade, de água portanto fez-se este acompanhamento”</i></p> <p>E. 4- A entrevistada revela que muitas das jovens voltam para pedir ajuda sobre determinadas dúvida em relação aos serviços presentes na sociedade, partilhar a sua vida, estas visitas trazem um sentimento de dever cumprido para esta técnica.</p> <p>E. 5- A entrevistada revela que as jovens quando saem mantém contacto a nível pessoal, e a nível das redes sociais, esta divulga que há 4 anos no aniversário da instituição, a diretora juntou um grupo de jovens que já saiu de forma a mostrarem o seu sucesso às jovens que ainda se encontram acolhidas e mostrarem que “(...) fato de se querer ir embora as coisas não são assim tão simples, “tens razão, nós queremos ir embora mas o mundo lá fora não é fácil”, acabam por assumir (...)”</p> <p>E. 6- A instituição tem sempre a porta aberta para receber as jovens sempre que precisem ajuda, embora a ajuda seja mais direcionada para as que se encontram acolhidas, reconhece que o fato de elas pedirem ajuda e considerarem como um porto seguro significa que o trabalho realizado surtiu o efeito desejado e que a vinculação ainda se encontra presente.</p>
--	--	--	---

		<p><i>ajuda portanto a jovem é apoiada a equipa vê isso como um reconhecimento, que se não reconhecessem que nós podemos ajudar nós só recorremos a quem nós achamos que nos pode salvar e na vida destas jovens se há uma tempestade elas recorrem aqui significa que conhecem esta casa como o seu porto seguro e se o reconhecer é porque nós fizemos um bom trabalho, nós demos a certeza que não fomos pessoas passageiras, não fomos apenas pessoas na vida delas, claro que não estamos lá sempre, mas estamos quando elas precisam, e quando elas recorrem e a equipa técnica faz tudo seja técnica seja educativa faz tudo a que esteja do seu alcance e do que for preciso para a ajudar e vemos com muitos bons olhos que cá venham”</i></p> <p>E.7- “ (...) as últimas meninas que temos tido vão ligando, mais às educadoras porque são aquelas que elas têm mais ligação porque passamos mais tempo com elas e vão pedindo dicas, vão desabafando “ ah se eu soubesse o que sei hoje”, “você tinham razão” e eu respondo “pois é” (...).</p> <p>E.8- “nós temos uma festa anual que é mesmo para as ex-meninas é direcionada para elas, temos muitas que mais tarde acabam por voltar e nós ajudamos naquilo que nós conseguimos, por exemplo os bens alimentares, na ajuda de currículo tudo aquilo que nós temos ao nosso alcance nós tentamos ajudar.”</p> <p>E.9- “ (...) há meninas que fazem questão de cá vir todos os anos à instituição ou para dar um beijinho, ou para mostrar o seu filhote crescido, ou porque se lembraram de passar por cá e claro que as redes sociais facilitam, acho que não há uma separação, o vínculo está lá sempre e isto tem sido importante para elas e para nós, depois quando constroem a sua família têm como referência o modelo apesar de não sermos um pai e uma mãe mas elas aprenderam com cada técnico aqui e com cada pessoa que trabalham com elas referências, para elas.”</p> <p>E.10- “ (...) isso tem acontecido jovens que são acompanhadas por nós, nós fazemos este trabalho todo entretanto saem mas há uma dificuldade ou outra mas há um problema por resolver, mas há um documento que não sabe tratar, uma correspondência das finanças que a jovens não percebe o que é, alguns exemplos, muitas vezes recorrem a nós e claro que nós ajudamos, vamos com elas (...) pedir ajuda pedir apoio, se nós ajudamos a encontrar um quarto, se sabemos de alguém que esteja alugar o quarto mas sim basicamente fazemos essa ajuda. Essa ajuda fazemos sempre.”</p>	<p>E.7- As jovens ligam por vezes às educadoras, que tiveram mais ligação com elas dado ao tempo que passaram juntas.</p> <p>E.8- Revela a prática de uma festa dedicada às jovens que já saíram para que depois transmitam ensinamentos às jovens que ainda se encontram institucionalizadas.</p> <p>E.9- Demonstra que de fato as jovens voltam à instituição para mostrar a sua família constituída, para cumprimentar, salienta que as redes sociais também ajudam, e que vêm as técnicas como um pai ou uma mãe.</p> <p>E.10- Assume que as jovens voltam sim para pedir ajuda em qualquer situação das suas vidas e tentam sempre ajudar.</p>
--	--	---	---

